



BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas



BNP PARIBAS | O banco para um mundo em mudança

Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS,
Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de
2013 e 2012 e Relatório dos Auditores Independentes



ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	3
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012	4
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012	6
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012	7
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO FLUXO DE CAIXA	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012	9



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco BNP Paribas Brasil S.A. e empresas controladas

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco BNP Paribas Brasil S.A. e suas controladas (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco BNP Paribas Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

São Paulo, 28 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012*(Em milhares de Reais)*

ATIVO	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.098.498	4.656.740
Ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado	6	3.546.182	3.987.039
Derivativos	7	767.842	242.050
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	1.100.343	129.602
Operações de crédito a instituições financeiras	10	3.714.666	4.168.362
Operações de crédito a clientes	11	1.876.688	1.590.732
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	12	190.635	178.852
Ativos imobilizados	13	14.578	17.600
Ativos intangíveis	14	1.627	2.094
Outros ativos financeiros	15	72.139	128.014
Outros ativos	16	297.044	241.621
TOTAL DO ATIVO		<u>14.680.242</u>	<u>15.342.706</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado	6	1.563.028	1.743.790
Derivativos	7	932.383	649.238
Depósitos de instituições financeiras	18	159.036	876.725
Depósitos de clientes	19	6.629.333	6.348.417
Obrigações fiscais			
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	12	38.446	48.466
Imposto de renda e contribuição social - Diferidas	12	37.736	59.836
Títulos de dívida emitidos	20	1.114.912	400.680
Obrigações por empréstimos e repasses	21	2.039.946	3.251.116
Provisões	22	343.049	278.824
Dividendos		54.413	57.010
Outros passivos	23	218.880	245.321
TOTAL DO PASSIVO		<u>13.131.162</u>	<u>13.959.423</u>
Capital Social		716.736	644.355
Reserva de lucros		825.324	735.537
Outros resultados abrangentes acumulados		(476)	(4.722)
Total do patrimônio líquido dos Acionistas Controladores	24	<u>1.541.584</u>	<u>1.375.170</u>
Participações de Acionistas não Controladores		7.496	8.113
Total do patrimônio líquido		<u>1.549.080</u>	<u>1.383.283</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>14.680.242</u>	<u>15.342.706</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012*(Em milhares de Reais)*

	Nota	2013	2012
Receitas de juros e similares	25	993.607	971.859
Despesas de juros e similares	25	(623.404)	(594.754)
Receitas de serviços e comissões	26	208.345	260.039
Despesas de serviços e comissões	26	(6.691)	(5.388)
Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado	27	125.208	55.040
Resultado de variação cambial		(20.952)	(30.953)
Resultado de ativos financeiros disponíveis para venda	28	11.826	5.497
Outras receitas operacionais	29	17.053	16.914
Receita líquida/margem operacional		<u>704.992</u>	<u>678.254</u>
Despesas de pessoal	30	(220.855)	(244.606)
Depreciação e amortização	31, 13 e 14	(5.866)	(6.013)
Outras despesas operacionais	32	(205.913)	(164.292)
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social		<u>272.358</u>	<u>263.343</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	33	(97.467)	(86.780)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33	<u>36.504</u>	<u>22.383</u>
Lucro líquido		<u>211.395</u>	<u>198.946</u>
Atribuível:			
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		207.787	194.729
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		<u>3.608</u>	<u>4.217</u>
Lucro líquido por ação Básico (em reais R\$)			
Ações ordinárias		1.245,50	1.167,23

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012*(Em milhares de Reais)*

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido	211.395	198.946
"Hedge" de fluxo de caixa:	17.189	(9.589)
Variação de valor justo	28.648	(15.980)
Efeito fiscal	(11.459)	6.391
Ativos financeiros disponíveis para venda:	(12.951)	1.593
Variação de valor justo	(7.986)	6.234
(Ganhos)/Perdas transferidos ao resultado por alienação	(13.593)	(3.576)
Efeito fiscal	8.628	(1.065)
Outros resultados abrangentes do ano	4.238	(7.996)
Total do resultado abrangente	215.633	190.950
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	212.025	186.739
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	3.608	4.211

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes Disponíveis para venda	Outros resultados abrangentes "Hedge" de fluxo de caixa	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido - acionistas controladores	Total patrimônio líquido - não controladores	Total patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2012	584.355	578.444	7.962	(4.694)	89.419	1.255.486	8.196	1.263.682
Total do resultado abrangente								
Lucro do exercício	-	-	-	-	194.729	194.729	4.217	198.946
Outros resultados abrangentes	-	-	1.599	(9.589)	-	(7.990)	(6)	(7.996)
Destinações:								
Reserva legal	-	9.390	-	-	(9.390)	-	-	-
Aumento de capital - Lucros acumulados ⁽¹⁾	60.000	-	-	-	(60.000)	-	-	-
Reserva estatutária	-	51.348	-	-	(51.348)	-	-	-
Transações com acionistas								
Dividendos e juros sobre capital próprio (R\$0,40 por Ações) ⁽³⁾	-	-	-	-	(67.055)	(67.055)	(4.294)	(71.349)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	644.355	639.182	9.561	(14.283)	96.355	1.375.170	8.113	1.383.283
Total do resultado abrangente								
Lucro do exercício	-	-	-	-	207.787	207.787	3.608	211.395
Outros resultados abrangentes	-	-	(12.943)	17.189	-	4.246	(8)	4.238
Destinações:								
Reserva legal	-	9.388	-	-	(9.388)	-	-	-
Aumento de capital - Lucros acumulados ⁽¹⁾	54.000	-	-	-	(54.000)	-	-	-
Aumento de capital - Incorporação reversa ⁽²⁾	18.381	-	-	-	-	18.381	-	18.381
Reserva estatutária	-	60.331	-	-	(60.331)	-	-	-
Transações com acionistas								
Dividendos e Juros sobre capital próprio (R\$0,40 por Ações) ⁽³⁾	-	-	-	-	(64.000)	(64.000)	(4.217)	(68.217)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	716.736	708.901	(3.382)	2.906	116.423	1.541.584	7.496	1.549.080

(1) Maiores informações consultar Nota 24.d)

(2) Maiores informações consultar Nota 24.c)

(3) Maiores informações consultar Nota 24.b)



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		369.197	278.028
Lucro líquido antes dos impostos		272.358	263.343
Depreciações e amortizações	31	5.866	6.013
Atualização monetária de outros ativos		(15.913)	(16.088)
Ajuste ao valor de mercado – Ativos / Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado		74.125	(19.751)
Ajuste ao valor de mercado – Derivativos designados ao valor justo através do resultado		(24.280)	34.109
Provisão de participações nos lucros		57.822	84.639
Provisões para ações judiciais		18.049	13.823
Receitas de prestações de serviços não recebidas		(18.830)	(88.060)
Variação de Ativos e Passivos		(1.918.515)	2.336.141
(Aumento) em Ativos financeiros designados ao valor justo		(550.694)	(668.509)
(Aumento) Redução em Ativos derivativos	7	(446.835)	111.704
(Aumento) Redução em Operações de crédito a instituições financeiras	10	408.165	(483.893)
(Aumento) em Operações de crédito a clientes	11	(285.956)	(469.197)
Redução em Outros ativos	15 e 16	34.316	21.552
(Aumento) em Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado	6	(224.765)	(348.776)
Aumento em Passivos derivativos	7	228.468	216.271
Aumento (Redução) em Depósitos de instituições financeiras e depósitos de clientes	18 e 19	(436.773)	1.748.324
Aumento (Redução) em Títulos de dívida emitidos	20	714.232	(221.307)
Aumento (Redução) em Obrigações por empréstimos e repasses	21	(1.211.170)	2.551.437
Aumento em Provisões para ações judiciais	22	31.786	18.715
(Redução) em Outros passivos	23	(80.111)	(40.143)
Imposto de renda e contribuição pago		(99.178)	(100.037)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		(1.549.318)	2.614.169
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativos imobilizados	13	(2.258)	(3.508)
Recursos da venda de ativos imobilizados	13	125	111
Aquisição de ativos intangíveis	14	(300)	(623)
Recursos da venda de ativos intangíveis	14	56	99
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(2.377)	(3.921)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Aumento em dívidas subordinadas	6	43.289	34.179
Recursos de aumento de capital	24	18.381	-
Dividendos pagos		(68.217)	(71.349)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(6.547)	(37.170)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(1.558.242)	2.573.078
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	4.656.740	2.083.662
Variação de capital sobre valores mantidos em caixas		(1.559.823)	2.550.707
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		1.581	22.371
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	3.098.498	4.656.740
Informações complementares à demonstração consolidada do fluxo de caixa			
Juros recebidos: R\$1.495.079 em 2013 e R\$1.435.245 em 2012			
Juros pagos: R\$1.559.394 em 2013 e R\$1.233.646 em 2012			

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
Referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), controlado diretamente pelo BNP Paribas S.A., com sede na França, é a instituição líder das companhias brasileiras do Grupo BNP Paribas, financeiras e não financeiras perante o Banco Central do Brasil, constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Av. Juscelino Kubitschek, 510, 10º ao 14º Andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP, opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88, do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, câmbio, arrendamento mercantil e de investimento.

Conforme mencionado na nota 3.a., as demonstrações contábeis consolidadas incluem o Banco BNP Paribas Brasil S.A. e suas controladas: BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda e o BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no exterior ("Grupo").

Em 30 de setembro de 2013, os administradores do Banco aprovaram a incorporação da Petits Champs Participações e Serviços S.A. ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação firmado em 11 de setembro de 2013.

O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 31.08.2013, data-base da operação, no montante de R\$ 18.381.

A incorporação implicou em um aumento do capital social do Banco, no mesmo montante do patrimônio líquido incorporado, sem a emissão de novas ações.

A elaboração das Demonstrações contábeis consolidadas em "IFRS" foi aprovada pelo Comitê de Auditoria em 13 de março de 2014.

2. Bases de preparação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

Estas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas anuais, de acordo com o padrão contábil internacional ("IFRS"), conforme aprovado pelo "International Accounting Standard Board" ("IASB").

Foram efetuadas reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2012 da Demonstração consolidada do resultado, visando permitir a comparabilidade das Demonstrações contábeis consolidadas, em decorrência da alteração da política interna de aglutinação de contas de receitas e despesas, tendo como objetivo principal proporcionar ao usuário das Demonstrações contábeis consolidadas o melhor entendimento do resultado do "Grupo". As principais reclassificações foram:

Descrição	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo Reclassificado
Receitas de juros e similares	976.203	(4.344)	971.859
Despesas de juros e similares	(805.017)	210.263	(594.754)
Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado	34.202	20.838	55.040
Resultado de variação cambial	195.804	(226.757)	(30.953)

As rubricas "Receitas de juros e similares", "Despesas de juros e similares" e "Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado" foram transferidas substancialmente para a rubrica "Resultado de variação cambial".

b. Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotados pelo Grupo

b.1) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de Dezembro de 2013

Alteração do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Em Dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de "offsetting". Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - O pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante para uma entidade ser consolidada. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades - O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como "Joint Arrangements", associações e sociedades de propósitos específicos. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Alteração do IAS 19 - Benefícios aos Empregados - Essa alteração exclui a alternativa do uso do método do "corredor", requer que os ganhos e perdas atuariais sejam lançados em Outros Resultados Abrangentes Acumulados e determina que o custo de juros para o exercício seguinte seja apurado sobre o valor reconhecido no ativo ou passivo. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

b.2) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

Alteração do IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2014, com aplicação retrospectiva. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo BNP Paribas Brasil.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Em Novembro de 2009 o IASB emitiu a IFRS 9, introduzindo novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros. Em Outubro de 2010, o IASB alterou a norma incorporando os requerimentos para os passivos financeiros. Em Novembro de 2013, o IASB emitiu nova alteração, incorporando os requerimentos sobre "hedge accounting". O IASB decidiu adiar a data de vigência, ainda não definida, contudo, manteve a permissão para adoção antecipada. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.

Entidades para Investimentos - Alteração ao IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas - Introduz uma exceção ao princípio que todas as subsidiárias devem ser consolidadas. A alteração requer que a controladora que seja uma entidade de investimento mensure a valor justo pelo resultado seus investimentos em certas



entidades, ao invés de consolidá-los nas suas demonstrações consolidadas. Efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo BNP Paribas Brasil.

IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos - Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13. Efetiva a partir de 1º de janeiro de 2014 e, sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos identificados estão relacionados à divulgação do valor recuperável e da metodologia de mensuração e não gerarão impactos relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas.

IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Esta alteração permite a continuação de *"Hedge Accounting"*, mesmo que um derivativo seja novado (transferido) para uma *Clearing*, dentro de certas condições. Efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2014. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo BNP Paribas Brasil.

c. Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas.

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas exige que os gestores das empresas e funções corporativas façam estimativas que são refletidas na medição de rendimentos e gastos na conta de ganhos e perdas, dos ativos e passivos no balanço e na divulgação de informações nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Isto exige dos gestores em questão, o exercício de julgamento e fazer uso das informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras quando fazem suas estimativas. Os resultados reais futuros das operações em relação aos quais os Administradores têm feito uso de estimativas podem, na realidade, diferir significativamente, principalmente em função das condições do mercado. Isso pode ter um efeito material sobre as demonstrações financeiras.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com o IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

Em particular, informações sobre incertezas em estimativas de áreas significativas e julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis que possuem o maior efeito significativo nos saldos registrados nas demonstrações contábeis estão descritas nas notas explicativas nº 4.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

- Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o Grupo irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário do Grupo, é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 12.

- Valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na Nota 3. d) v.

- Provisão para *"impairment"*

O Grupo revisa periodicamente as perdas por imparidade reconhecidas para cobrir risco de credito inerentes a atividade de intermediação bancaria, conforme divulgado na Nota 3. d) vi.

- Passivos Contingentes

O Grupo revisa periodicamente seus passivos contingentes, conforme divulgado na Nota 3. k).

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas, e estão aplicadas de forma consistente pelas Entidades do Grupo.

a. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco BNP Paribas Brasil S.A., bem como a de suas controladas, abaixo relacionadas:

Empresas	País de origem	Percentual de Participação	Método de Consolidação	
• BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	Brasil	74,38%	Integral
• BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior	EPE	Brasil	100,00%	Integral

i. Escopo da Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas devem incluir:

- Controlada

São classificadas como controladas as Empresas sobre as quais o Banco exerce controle, representado pelo poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais para obter benefícios das suas atividades. A controlada é consolidada pelo método integral.

- Entidade de propósito específico (EPE)

Entidade de propósito específico é uma entidade criada para atender a um propósito restrito e bem definido. As demonstrações financeiras de uma entidade de propósito específico são consolidadas pelo método integral nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo, quando a substância do relacionamento dos riscos e benefícios entre o Grupo e esta entidade resulta no controle da entidade pelo Grupo.

A avaliação das circunstâncias apresentadas abaixo pode indicar que, em substância, o Grupo controla e conseqüentemente consolida uma EPE:

- As atividades da EPE são conduzidas de acordo com as necessidades específicas dos negócios do Grupo, de forma que o Grupo obtenha benefícios das operações da EPE;
- O Grupo detém o poder de tomada de decisões de forma a obter a maioria dos benefícios das atividades da EPE ou o Grupo determinou as regras de "auto-funcionamento" das atividades da EPE;
- O Grupo possui direitos de obter a maioria dos benefícios da EPE e conseqüentemente pode estar exposto aos principais riscos inerentes às atividades da EPE;



- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de controle relacionados à EPE ou aos seus ativos, de forma a obter benefícios de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o fundo BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior se encaixa na definição de EPE e está sendo consolidado integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas do Banco.

ii. Principais procedimentos de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes.

Os resultados das controladas são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data de aquisição até a data em que o Banco, entidade líder do Grupo, deixa de ter o controle.

O valor contábil do investimento do Banco e a sua participação no patrimônio líquido de cada controlada ou EPE são eliminados assim como os saldos das contas de ativos e passivos, receitas e despesas entre o Banco e suas controladas e EPEs.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas, somente na extensão de que não há evidência de perda por "impairment".

Além disso, a participação de terceiros no patrimônio líquido das entidades consolidadas é apresentada como "Participações de Acionistas não Controladores" no Balanço Patrimonial Consolidado. A participação de terceiros no lucro do exercício é apresentada como "Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores" na Demonstração consolidada do resultado.

iii. Administração de fundos de investimentos

O Grupo gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento e outras modalidades de investimento em favor de investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não são consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, exceto aquelas descritas na nota 3 (a).

b. Moeda estrangeira

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional das empresas que compõem o Grupo. Exceto quando indicado, as informações financeiras expressas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

ii. Transações em moeda estrangeira

Os métodos usados para contabilizar os ativos e passivos relacionados com transações em moeda estrangeira assumidos pelo Grupo, e o usado para medir o risco cambial decorrente de tais operações, depende se os ativos ou passivos em questão são classificados como itens monetários.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas de transações. Os saldos de conversão pelas taxas de câmbio no final do período referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos nas contas de resultado de variação cambial exceto a variação cambial dos instrumentos designados ao valor justo, as quais são reconhecidas na rubrica Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado; e a variação cambial de operações de crédito a clientes e obrigações por empréstimos e repasses, as quais são reconhecidas na rubrica Resultado de variação cambial.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades, reservas livres mantidas junto ao Banco Central do Brasil e ativos financeiros de alta liquidez, com prazos contratuais inferiores a três meses, que possuem um insignificante risco de mudança no valor justo, e que tem como finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo do Grupo.

d. Ativos e Passivos financeiros

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Empréstimos e recebíveis (Operações de créditos a instituições financeiras e clientes, outros ativos financeiros e outros passivos).

i. Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros incluindo aqueles designados a valor justo contra o resultado e disponíveis para venda são inicialmente reconhecidas na data da transação para o IFRS. As operações com títulos permanecem registrados no balanço até que os direitos do Grupo para receber os fluxos de caixa relacionados expire, ou até que o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade dos títulos.

ii. Baixa

Um ativo financeiro é baixado na sua totalidade ou em parte quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirem ou quando se transfere o direito contratual aos fluxos de caixa do ativo e substancialmente todos os riscos e vantagens da propriedade do ativo. A menos que estas condições estiverem preenchidas, o Grupo mantém o ativo em seu balanço e reconhece um passivo da obrigação criada como resultado da transferência do ativo.

iii. Compensação de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e a quantia líquida apresentada no balanço se, e somente se, o Grupo tem um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretenda liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. Mensuração ao custo amortizado

O custo amortizado de ativo financeiro ou de passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método dos juros efetivos de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia no vencimento, e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de conta redutora) quanto à perda do valor recuperável ou incobrabilidade.

v. Mensuração ao valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data das demonstrações contábeis consolidadas.

Quando disponível, o Grupo determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados em mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.



Para os demais instrumentos financeiros sem preços cotados em mercados ativos, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, que podem incluir transações recentes realizadas entre partes independentes em condições justas de mercado, referência ao valor justo de instrumentos similares, método de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções. As técnicas de avaliação utilizadas pelo Grupo utilizam o máximo possível de dados de mercado, baseando-se no mínimo possível em estimativas específicas do Grupo, incorporando todos os fatores que os demais participantes do mercado considerariam na determinação de um preço de negociação, e são consistentes com metodologias econômicas amplamente reconhecidas e utilizadas pelos demais participantes do mercado na precificação destes instrumentos financeiros. Os dados utilizados nas técnicas de avaliação representam razoavelmente as expectativas de mercado e avaliações dos fatores inerentes de risco e retorno do instrumento financeiro avaliado. O Grupo avalia as técnicas utilizadas e as testa para validação utilizando preços de transações de mercado atualmente observáveis do mesmo instrumento ou baseadas em outros dados de mercado observáveis.

A cada transação, o instrumento financeiro é reconhecido inicialmente pelo preço da transação, que é o melhor indicador do valor justo, embora o valor obtido pelo modelo de avaliação possa diferir do preço da transação. Essa diferença inicial, no valor justo indicado por técnicas de avaliação, é reconhecida subsequentemente nas demonstrações consolidadas do resultado, dependendo dos fatos e circunstâncias individuais de cada transação, e nunca posteriormente à data em que os dados de mercado tornem-se completamente observáveis.

De acordo com o IFRS, o Grupo classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos inputs usados no processo de mensuração.

Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente partindo do princípio que as partes são independentes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 - são usadas informações que não estão disponíveis no mercado na definição do valor justo. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

As premissas e dados utilizados nas técnicas de avaliação incluem taxas livres de risco, "spreads" de crédito e outros fatores utilizados na estimativa de taxas de desconto, preços de títulos e de ações, taxas cambiais e volatilidades e correlações estimadas de preços. O objetivo das técnicas de avaliação é a obtenção de um valor justo que reflita o preço do instrumento financeiro na data das demonstrações contábeis consolidadas, que seria determinado por participantes do mercado em transações justas.

O Grupo utiliza modelos de valorização amplamente reconhecidos e adotados pelo mercado para determinação do valor justo de instrumentos financeiros comuns e não muito complexos, que utilizam somente dados observáveis de mercado e requerem pouco julgamento da Administração. Dados observáveis de mercado geralmente são disponíveis para instrumentos de dívida e de capital de entidades listadas, derivativos negociados em bolsas e aqueles simples e amplamente negociados em balcão. Disponibilidade de dados de mercado observáveis reduzem a necessidade de julgamento da Administração, bem como as incertezas associadas à determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros contabilizados a valor justo, pelo método de valorização adotado.

	Preços de mercado cotados em mercados ativos (nível 1)	Técnicas de valorização - dados observáveis (nível 2)	Total
31/12/2013			
Ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado	2.191.170	1.355.012	3.546.182
Derivativos	-	767.842	767.842
Operações de crédito a instituições financeiras ⁽¹⁾	3.626.701	-	3.626.701
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.100.343	-	1.100.343
Total	6.918.214	2.122.854	9.041.068
Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado	-	1.563.028	1.563.028
Derivativos	-	932.383	932.383
Total	-	2.495.411	2.495.411
31/12/2012			
Ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado	2.496.262	1.490.777	3.987.039
Derivativos	-	242.050	242.050
Operações de crédito a instituições financeiras ⁽¹⁾	3.383.052	-	3.383.052
Ativos financeiros disponíveis para venda	129.602	-	129.602
Total	6.008.916	1.732.827	7.741.743
Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado	-	1.743.790	1.743.790
Derivativos	-	649.238	649.238
Total	-	2.393.028	2.393.028

(1) As operações de crédito a instituições financeiras referem-se basicamente a aplicações de CDI (Certificado de Depósito Interbancário) as quais são objeto de "Hedge".



Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Ativos e Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado, Ativos financeiros disponíveis para venda, Operações de crédito a instituições financeiras (Aplicações em Depósitos Interfinanceiros)

Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Para os valores justos de títulos de dívida de empresas e para aplicações em depósitos interfinanceiros o Grupo estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. O valor justo dos "swaps" é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Sholes, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

Operações de futuros - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Detalhes sobre a classificação dos ativos e passivos financeiros do Grupo são apresentados na nota explicativa nº 4.

vi. Identificação e mensuração de "impairment"

Periodicamente, o Comitê de Crédito e Risco avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros apresentam "impairment". Os ativos financeiros são considerados com "impairment" quando evidências objetivas demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável.

O Comitê considera evidências de "impairment" tanto para ativos específicos, como no nível coletivo. Tendo em vista o modelo de negócio do Grupo, todos os clientes são avaliados individualmente.

As evidências objetivas de que os ativos financeiros (incluindo instrumentos de capital) possuem "impairment" pode incluir inadimplência por parte do tomador do financiamento, reestruturação do financiamento, indicações de que o tomador do financiamento ou emitente entrará em falência, a inexistência de um mercado ativo para um título, ou outros dados observáveis relativos a um grupo de ativos, tais como, mudanças adversas no histórico de pagamento de tomadores de crédito no Grupo, ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplências no Grupo. Em adição, para investimentos em instrumentos de capital, uma perda significativa ou prolongada no seu valor justo abaixo do custo inicial representa uma evidência objetiva de "impairment".

As perdas por "impairment" de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas pelas taxas de juros efetivas originais dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado do período. Os juros de ativos com "impairment" continuam sendo reconhecidos enquanto existir a expectativa de recebimento. Quando um evento subsequente causa uma redução no valor de uma perda por "impairment" anteriormente reconhecida, esta é revertida contra o resultado do período.

Na data de cada balanço é avaliada se há evidência objetiva de que um instrumento financeiro disponível para venda estar deteriorado. Para os títulos de dívida, são utilizados os critérios mencionados no parágrafo anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "impairment" sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por "impairment" de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por "impairment" ter sido reconhecido no resultado, a perda por "impairment" é revertida por meio de demonstração do resultado.

vii. Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado

i. Ativos e passivos para negociação

Os ativos e passivos para negociação são os ativos e passivos mantidos pelo Grupo com o propósito de vender ou recomprar no curto prazo, ou que mantêm como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os ativos e passivos para negociação são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo valor justo, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Os ajustes ao valor justo são reconhecidos como parte do Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado. Os ativos e passivos de negociação não são reclassificados após seu reconhecimento inicial.

O Grupo optou por divulgar os Derivativos (nota 3.d.viii) em linha segregada no Balanço Patrimonial Consolidado.

ii. Passivos financeiros designados a valor justo

São passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente.

Os passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado. As receitas de juros e as despesas de juros são reconhecidas em Receitas de juros e similares e Despesas de juros e similares.



iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros mantidos até o vencimento são investimentos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que o Grupo tem intenção e capacidade para manter até o vencimento.

Os ativos desta categoria são contabilizados pelo custo amortizado usando o método da taxa de juros efetivos, que se baseia na amortização de ágio e desconto (correspondente à diferença entre o preço de aquisição e o valor de resgate dos ativos) e os custos de aquisição eventual (quando individualmente relevantes). Os rendimentos auferidos a partir desta categoria de ativos são incluídos em Receita de juros e similares na conta de resultado.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo não possuía títulos e valores mobiliários nesta categoria.

viii. Derivativos

Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas na data de negociação ao preço de transação e são reavaliados ao valor justo.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando o valor justo é negativo. Os ganhos e perdas realizados e não realizados dos derivativos quando não qualificados como instrumento de "hedge" são reconhecidos em conta de Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do Grupo na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção ("hedge") ou não.

O Grupo avalia, no início e em bases periódicas, se os instrumentos de proteção são esperados de serem altamente efetivos na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos, durante o período para o qual a proteção está designada, e se os resultados atuais de cada proteção está dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade.

As relações de "hedge" são classificadas nas seguintes categorias:

i. Hedge de valor justo

O Grupo possui, em determinadas operações, cobertura de exposição a mudanças no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido, de um compromisso firme não reconhecido ou de uma parte identificada desde ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco específico e que possa afetar os lucros e perdas.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de cobertura de valor justo, ou sua designação é revogada, a sua contabilização como cobertura de valor justo é interrompida. Qualquer ajuste até então, para um item protegido para o qual o método da taxa de juros efetiva é usado, é amortizado ao resultado como parte da taxa de juros efetiva recalculada para o restante de sua vida remanescente.

ii. Hedge de fluxo de caixa

O Grupo possui, em determinadas operações, cobertura de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido (exemplo, a totalidade ou parte dos pagamentos de juros futuros sobre dívida de taxa variável) ou uma transação prevista altamente provável e que possa afetar os lucros e perdas.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre tudo mais com os critérios de contabilização de cobertura de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como cobertura de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido em outros resultados abrangentes permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrência, a contabilização da cobertura de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado em outros resultados abrangentes é transferido imediatamente para o resultado do período.

iii. Hedge de investimento líquidos no exterior

Quando um derivativo (ou passivo financeiro não derivativo) é designado como "hedge" de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de "hedge" é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na reserva de conversão de moedas estrangeiras. Qualquer parcela inefetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado na baixa do investimento líquido no exterior.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existiam designações de derivativos para "hedge" de investimentos líquidos no exterior.

ix. Ativos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como Ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado, ou operações de crédito.

Os ativos incluídos na categoria disponíveis para venda são inicialmente registrados ao valor justo acrescido dos custos de transação quando relevantes. Na data do balanço são mensurados ao valor justo e as suas alterações no valor justo (excluindo juros) estão apresentadas em uma linha separada no patrimônio líquido, "Outros resultados abrangentes acumulados". Na alienação, esses resultados não realizados são transferidos do patrimônio líquido para conta de resultado, onde são demonstrados na linha de Resultado de ativos financeiros disponíveis para venda.

As rendas reconhecidas usando o método de juros efetivos derivada de títulos de renda fixa disponíveis para a venda são registradas na rubrica Receita de juros e similares na conta de resultado. Os rendimentos de dividendos de títulos de renda variável são reconhecidos no Resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, quando o direito do Grupo para receber o pagamento é estabelecido.

x. Ativos não correntes mantidos para a venda

São classificados na categoria de ativos não correntes mantidos para a venda (ou grupo de alienação) as operações cujo valor contábil venha a ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, ao invés do uso continuado.

Para este ser o caso, o ativo deve estar disponível para a venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas aos termos que sejam usuais e habituais para vendas desses ativos e sua venda deve ser altamente provável.

Uma vez classificados nesta categoria, os ativos são mensurados ao menor dentre o valor contábil ou valor justo menos os custos para venda.

Estes ativos não são amortizados e estão sujeitos a "impairment". A perda por "impairment" é reconhecida no resultado e pode ser revertida.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não haviam ativos não correntes mantidos para a venda.

xi. Operações de crédito

As operações de crédito são mensuradas inicialmente ao valor justo, que geralmente é a quantia líquida paga no início, incluindo os custos diretamente atribuíveis e certos tipos de taxas ou comissões que são vistos como um ajuste na taxa efetiva de juros sobre o empréstimo. São mensurados subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva dos juros.

Comissões recebidas em compromisso de financiamento antes do registro do empréstimo são diferidas e incluídos no valor do empréstimo quando o mesmo é registrado.



Comissões obtidas em compromissos financeiros onde existe a probabilidade de não realizar a operação, ou há incerteza quanto ao momento da realização são reconhecidas numa base linear ao longo da vida do compromisso.

As transações de arrendamento mercantil em que o Grupo é o arrendador e para as quais todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são substancialmente transferidos para o arrendatário são classificadas como arrendamentos financeiros, e os recebíveis equivalentes ao investimento líquido são reconhecidos e apresentados como operações de crédito a clientes.

A eventual perda por "impairment" dos ativos registrados nessa categoria é avaliada segundo as bases descritas na política contábil 3.d. (vi).

xii. Acordos de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com compromisso de recompra continuam a ser registrados no Balanço patrimonial consolidado na categoria a que pertencem. O passivo correspondente é reconhecido no balanço em sua respectiva categoria, exceto no caso dos acordos de recompra efetuados para negociação, onde o correspondente passivo é classificado em Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado.

Títulos adquiridos com compromisso de revenda não são reconhecidos no Balanço patrimonial consolidado. O correspondente recebível será reconhecido em Operações de crédito a instituições financeiras.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não foram efetuados acordos de recompra e empréstimos de títulos.

xiii. Reclassificação de ativos financeiros

As reclassificações de ativos financeiros classificados como "mantidos para negociação" (e que tenham sido designados a valor justo por meio do "Fair value option") são permitidas em alguns casos:

- Se o ativo atende a definição de um empréstimo ou recebível na data da reclassificação e se a entidade tem a intenção e a habilidade de manter o instrumento até um momento previsto no futuro ou até o vencimento;
- Para outros ativos financeiros (ou seja, aqueles que não atendem à definição de um empréstimo ou recebível na data de reclassificação), o ativo financeiro pode ser reclassificado somente em raras circunstâncias.

Na data de reclassificação, o valor justo de quaisquer ativos financeiros reclassificados sob novas regras, será o novo custo amortizado do instrumento e, conseqüentemente, os princípios do método da taxa de juros serão aplicados consistentemente.

As reclassificações para instrumentos financeiros que haviam sido designados a valor justo pelo "Fair value option" permanecem proibidas. As reclassificações permitidas não podem ser registradas com o objetivo de reverter perdas passadas.

Caso seja feita uma reclassificação de ativos mantidos até o vencimento como o resultado de uma mudança de intenção ou habilidade, haverá uma penalidade que resultará em todos os ativos classificados mantidos até o vencimento serem reclassificados para a categoria Ativos financeiros disponíveis para venda, em que os ativos são reavaliados ao valor justo e qualquer diferença será reconhecida em reserva do patrimônio líquido. Com isso, não poderão ser classificados ativos financeiros na categoria "mantidos até o vencimento" por um período de dois anos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não foram efetuadas reclassificações de ativos financeiros.

xiv. Emissão de títulos representativos de dívida

Os títulos emitidos pelo Grupo são classificados como instrumentos de dívida, se as entidades do Grupo emitindo os instrumentos tem uma obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro ao detentor do instrumento.

O mesmo aplica-se caso o Grupo seja obrigado a trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições que sejam potencialmente desfavoráveis, ou entregar um número variável de instrumentos de patrimônio do próprio grupo.

As emissões de títulos de dívida são reconhecidas, inicialmente ao valor de emissão, incluindo os custos de transação, e são posteriormente mensurados ao custo amortizado usando o método de taxa efetiva de juros.

e. Ativos imobilizados

i. Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e as perdas por "impairment", quando aplicável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos imobilizados construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista.

Quando os principais componentes de um ativo imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo imobilizado.

ii. Custos subsequentes

O custo de substituir parte de um ativo imobilizado é capitalizado ao valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros decorrentes da parte substituídas serão revertidos para o Grupo e o seu custo pode ser mensurado de maneira confiável. O valor remanescente da parte substituída é baixado. Os custos de reparos rotineiros dos ativos imobilizados são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo imobilizado.

As vidas úteis estimadas dos ativos imobilizados para os exercícios atuais são:

- Veículos Usados 2,5 anos
- Equipamentos de processamento de dados 5 anos
- Outros bens 10 anos
- Benfeitorias em imóveis de terceiros 5 anos ou pelo prazo do contrato

Os "Outros bens" são compostos de sistema de comunicação, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, instalações, sistema de segurança e benfeitoria imóveis e terceiros.

f. Ativos intangíveis

i. Software

Os "softwares" adquiridos pelo Grupo são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por "impairment", quando aplicável.

A despesa de desenvolvimento interno de "software" é reconhecida como ativo quando o Grupo consegue demonstrar sua intenção e sua capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização do "software" de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de "softwares" desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil estimada. Os "softwares" desenvolvidos internamente são registrados pelos seus custos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e de perdas por "impairment".



Despesas subsequentes com “softwares” são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do “software”, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada de “software” é de 5 anos.

ii. Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por “impairment”, quando aplicável. A vida útil estimada é de 5 anos.

g. Arrendamentos financeiros

O ativo arrendado é reconhecido no balanço do arrendatário pelo menor valor entre o (i) o valor justo ou (ii) o valor presente dos pagamentos mínimos calculados à taxa de juros implícita no arrendamento. Os passivos correspondentes, iguais ao valor justo do ativo arrendado ou o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, são também reconhecidos no balanço do arrendatário. O ativo é depreciado usando o mesmo método que foi aplicado a ativos próprios, após a dedução do valor residual do montante inicialmente reconhecido ao longo da vida útil do bem. A obrigação de locação é contabilizada ao custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o Grupo não possuía arrendamentos financeiros na figura de arrendatário.

Outros arrendamentos são classificados como operacionais e, os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço do Grupo. Os pagamentos do arrendamento feitos como arrendamentos operacionais são levados ao resultado do arrendatário numa base linear durante o prazo do arrendamento.

h. Impairment de ativos financeiros

A eventual perda por “impairment” dos ativos financeiros é avaliada segundo as bases descritas na política contábil 3.d. (vi).

O específico componente da contraparte no total de provisões para “impairment” aplica-se a valores avaliados individualmente e é baseado na melhor estimativa da Administração do valor presente dos recebimentos previstos. Na estimativa desses fluxos de caixa, a Administração faz uma avaliação da situação financeira da contraparte e do valor líquido realizável de qualquer garantia relacionada.

i. Impairment de ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não-financeiros do Grupo são revisados a cada data das demonstrações financeiras para determinar se há alguma indicação de “impairment”. Caso haja alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por “impairment” é reconhecida se o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Perdas por “impairment” são reconhecidas diretamente no resultado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por “impairment” reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data das demonstrações financeiras para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por “impairment” é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. Uma perda por “impairment” é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por “impairment” tivesse sido reconhecida.

A Administração do Banco não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

j. Depósitos, títulos de dívida emitidos e obrigações por empréstimos e repasses

Os depósitos, as obrigações por empréstimos e repasses e a dívida subordinada são fontes para financiamento das operações do Grupo.

Quando o Grupo vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura (“venda com compromisso de recompra”), o contrato é contabilizado como depósito, e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Grupo.

Os depósitos e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O Grupo contabiliza sua dívida subordinada ao valor justo, sendo as mudanças de valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

k. Provisões para ações judiciais fiscais, trabalhistas e cíveis

Provisões registradas no passivo, exceto as relativas à instrumentos financeiros e aos benefícios aos empregados, são principalmente relacionadas a processos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Uma provisão é reconhecida quando for provável que uma saída de recursos será exigida para liquidar uma obrigação decorrente de um evento passado, e uma estimativa confiável possa ser feita do valor da obrigação. O valor desta provisão é atualizado periodicamente para determinar o valor da obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão da seguinte forma:

i. Ações judiciais

São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações classificadas como perdas possíveis são divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

ii. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes.

l. Garantias financeiras

As garantias financeiras são contratos que requerem do Grupo pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda que incorrida por este quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

Passivos de garantias financeiras são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato. Os passivos de garantias financeiras são subsequentemente contabilizados pelo maior valor entre o valor amortizado e o valor justo. As garantias financeiras são classificadas em Outros passivos e reconhecidas no resultado na rubrica Receitas de serviços e comissões.



m. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado pelo método da taxa efetiva de juros de acordo com o IAS 39. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, em um período inferior) até atingir-se o valor de liquidação do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras na realização dos instrumentos financeiros (“impairment”).

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos, e não inclui impostos. Os custos são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

n. Taxas e comissões

O método utilizado pelo Grupo de reconhecer receitas de comissões de serviços e despesas depende da natureza do serviço. Comissões que são tratadas como um componente adicional de juros são incluídas na taxa de juros efetiva, e são reconhecidas na conta de “Margem financeira”.

Comissão a pagar ou a receber na execução de um ato significativo ou serviços prestados são reconhecidos integralmente na conta de resultado na íntegra no momento da execução, sob as rubricas “Receitas e despesas de serviços e comissões” quando este for concluído.

o. Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado

O Resultado de instrumentos financeiros designados ao valor justo através do resultado compreende os ganhos líquidos e as perdas relacionados aos ativos e passivos ao valor justo através do resultado, e inclui todas as alterações realizadas e não realizadas no valor justo sobre estes instrumentos financeiros.

A parte inefetiva de derivativos de “hedge” qualificados e designados em uma relação de “hedge” de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado.

p. Resultado de ativos financeiros disponíveis para venda

O Resultado de ativos financeiros disponíveis para venda compreende as alterações realizadas no valor justo e dividendos sobre os instrumentos financeiros que foram liquidados no exercício. Os juros destes instrumentos mensurados através da taxa efetiva de juros, é registrado na margem financeira na Demonstração consolidada do resultado.

q. Dividendos

As receitas de dividendos são reconhecidas quando o direito do recebimento é estabelecido. Os dividendos são refletidos como um componente do Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado, ou em Resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a classificação do instrumento de capital.

r. Despesas com arrendamento mercantil

O ativo não é reconhecido no balanço do arrendatário. Os pagamentos do arrendamento feitos como arrendamentos operacionais são levados ao resultado do arrendatário numa base linear durante o prazo do arrendamento.

s. Imposto corrente e diferido

O Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido compreende os impostos sobre a renda correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração consolidada de resultado, exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, determinada com base nas leis de impostos e alíquotas vigentes no País durante o período em que a renda é gerada e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos quando as diferenças temporárias surgem entre a quantia escriturada de um ativo ou passivo no balanço e a sua base tributável.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, base negativa ou prejuízos fiscais não utilizados somente na medida em que é provável que a entidade em questão vai gerar lucros tributáveis futuros contra os quais essas diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas possam ser compensados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros serão gerados para sua utilização, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados sendo mensurados às alíquotas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base na legislação vigente na data das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como receita ou despesa de imposto na conta de resultado, com exceção dos impostos diferidos relativos a ganhos ou perdas não realizados sobre títulos classificados como disponíveis para venda ou a mudanças no valor justo dos instrumentos designados como “hedge” de fluxo de caixa, que são levados ao patrimônio líquido.

Despesas adicionais de imposto de renda decorrentes da distribuição de Juros sobre capital próprio pelo Grupo são reconhecidas no mesmo momento em que a obrigação de Juros sobre capital próprio a pagar é reconhecida.



4. Ativos e passivos financeiros

Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta a classificação do Grupo das classes de ativos e passivos financeiros, bem como seus respectivos valores contábeis e valores justos para os contabilizados ao custo amortizado:

	Saldo	
	contábil total	Valor Justo
<i>(Em milhares de reais)</i>		
Em 31 de dezembro de 2013		
Caixa e equivalentes de caixa	3.098.498	3.098.498
Operações de crédito a instituições financeiras	87.965	87.965
Operações de crédito a clientes	1.876.688	1.884.941
Outros ativos financeiros	72.139	72.139
Total	<u>5.135.290</u>	<u>5.143.543</u>
Depósitos de instituições financeiras	159.036	159.033
Depósitos de clientes	6.629.333	6.626.311
Títulos de dívida emitidos	1.114.912	1.111.846
Obrigações por empréstimos e repasses	2.039.946	2.039.364
Dividendos	54.413	54.413
Total	<u>9.997.640</u>	<u>9.990.967</u>
Em 31 de dezembro de 2012		
Caixa e equivalentes de caixa	4.656.740	4.656.740
Operações de crédito a instituições financeiras	785.311	785.311
Operações de crédito a clientes	1.590.732	1.613.612
Outros ativos financeiros	128.014	128.014
Total	<u>7.160.797</u>	<u>7.183.677</u>
Depósitos de instituições financeiras	876.725	876.790
Depósitos de clientes	6.348.417	6.356.530
Títulos de dívida emitidos	400.680	406.116
Obrigações por empréstimos e repasses	3.251.116	3.254.729
Dividendos	57.010	57.010
Total	<u>10.933.948</u>	<u>10.951.175</u>

O saldo das Operações de crédito a instituições financeiras compõem apenas o saldo das contas ao custo amortizado.

As operações avaliadas contabilmente pelo custo amortizado são em sua grande maioria de curto prazo e/ou indexadas a taxas pós-fixadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto de renda		
Aplicações no mercado aberto	1.956.965	3.468.283
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.021.883	1.091.171
Disponibilidades	72.383	97.260
Aplicações em moedas estrangeiras	47.250	-
Outros	17	26
Total	<u>3.098.498</u>	<u>4.656.740</u>



31/12/2012	Em quantidade de dias				Total
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	
Derivativos - Passivo:					
- Carteira para negociação					
Opções	34.366	17.960	10.161	628	63.115
Operações a termo	2.760	14.804	3.241	3.208	24.013
Operações de "swap"	4.407	163.880	37.751	322.345	528.383
Operações com futuros	33.727	-	-	-	33.727
Total	75.260	196.644	51.153	326.181	649.238

O valor de referência dos contratos ("notional") dos derivativos mantidos para negociação, registrados na BM&FBovespa ou Cetip, está contabilizado em contas de compensação, conforme abaixo:

Indexador	"Swap"	Termo	Futuros	Opções	"Warrant"	Total
Moeda estrangeira	862.358	5.062.084	16.904.898	9.844.269	-	32.673.609
Taxa de juros	5.259.007	-	30.791.150	150.285	-	36.200.442
Outros	220.760	-	-	-	-	220.760
Total 31/12/2013	6.342.125	5.062.084	47.696.048	9.994.554	-	69.094.811
Total 31/12/2012	4.384.644	2.215.689	48.011.004	13.203.730	44.151	67.859.218

O Grupo tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam o controle de riscos.

8. Ativos e passivos de derivativos mantidos para gerenciamento de risco

O Grupo utiliza contratos futuros para "hedge" da sua exposição às variações no valor justo de operações de crédito a instituições financeiras, relacionadas às taxas de juros prefixadas destas operações.

Derivativos utilizados como Instrumentos de "Hedge"

"Hedge" de Risco de valor justo

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco possuía as seguintes posições em operações de "hedge" de risco de valor justo:

Posição em contratos de DI Futuros da BM&FBovespa, com valor referencial de R\$2.896.319 (em 31/12/2012 R\$2.627.178), com vencimentos até 2 de janeiro de 2017. Os valores de curva e de mercado das operações classificadas como ativo objeto de "hedge", relativas às operações de crédito a instituições financeiras, indexadas a taxas pré-fixadas, eram de respectivamente, R\$2.908.065 e R\$2.896.319 (em 31/12/2012 R\$2.654.547 e R\$2.661.195), e o ajuste a mercado devedor de R\$18.393 (em 31/12/2012 R\$6.820 devedor) foi contabilizado em contas de resultado. Desta forma o risco de taxa prefixada foi substituído pelo risco DI. A contraparte dos objetos de "hedge" era a Cetelem Brasil S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.

Posição em contratos de DI Futuros da BM&FBovespa, com valor de referencial de R\$12.344 (em 31/12/2012 R\$14.018), com vencimentos até 2 de janeiro de 2020. Os valores de curva e de mercado das operações classificadas como passivo objeto de "hedge", Dívida Subordinada Letras Financeiras, indexadas em taxas prefixadas, são respectivamente, R\$13.539 e R\$12.344 (em 31/12/2012 R\$12.166 e R\$14.013), e o ajuste a mercado devedor de R\$3.042 (em 31/12/2012 R\$1.847 devedor) foi contabilizado em contas de resultado. Desta forma o risco de taxa prefixada foi substituído pelo risco DI.

Posição em contratos de DDI Futuros da BM&FBovespa, com valor referencial de R\$188.450 (em 31/12/2012 R\$175.095), com vencimentos até 4 de janeiro de 2016. Os valores de curva e de mercado das operações classificadas como passivo objeto de "hedge", relativas à Dívida Subordinada, indexada ao Dólar, são respectivamente, R\$173.995 e R\$188.450 (em 31/12/2012 R\$145.120 e R\$175.271), cujo ajuste a mercado devedor de R\$5.136 (em 31/12/2012 R\$2.352 devedor) foi contabilizado nas contas de resultado. Desta forma o risco de taxa prefixada foi substituído pelo risco DI. A contraparte dos objetos de "hedge" é o BNP Paribas S.A. (França).

"Hedge" de Fluxo de Caixa

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco possuía operações de "hedge" de fluxo de caixa em contratos de DI Futuros da BM&FBovespa, com valor referencial de R\$80.258 (em 31/12/2012 R\$1.671.931), com vencimentos até 4 de janeiro de 2016. O efeito da marcação a mercado está contabilizado no patrimônio líquido correspondendo a um crédito no montante de R\$2.907 (em 31/12/2012 R\$14.282), líquido dos efeitos tributários, com efeito no resultado abrangente de R\$28.648 líquido dos efeitos tributários. O valor de curva das operações classificadas como objeto de "hedge", certificados de depósitos bancários - CDB, é de R\$49.439 (em 31/12/2012 R\$1.550.890), e Letras Financeiras - LF, é de R\$30.819 (em 31/12/2012 R\$121.567). Desta forma o risco de taxa pós-fixada DI foi substituído pelo risco de taxa prefixada.

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2013 não identificou nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o período. A efetividade calculada sobre os "hedges" de Fluxo de Caixa foi de 100%.

9. Ativos financeiros disponíveis para venda

A composição do saldo da rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda está apresentado abaixo:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.041.610	69.851
Notas do Tesouro Nacional - NTN	53.505	39.290
Ações	110	15.353
Títulos Patrimoniais/Ações e Cotas	5.118	5.108
Total	1.100.343	129.602

10. Operações de crédito a instituições financeiras

Os saldos patrimoniais estão demonstrados abaixo:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos interfinanceiros	3.714.666	3.460.985
Aplicações no mercado aberto	-	707.377
Total	3.714.666	4.168.362



11. Operações de crédito a clientes

A composição, por classificação, dos saldos da rubrica Operações de crédito a clientes foram as seguintes:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Operações de câmbio	1.076.444	697.629
Operações de crédito	516.059	454.457
Arrendamento mercantil	284.185	438.646
Total	<u>1.876.688</u>	<u>1.590.732</u>

a. Operações de crédito

Os detalhes, por tipo de operação, são indicados a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Crédito rotativo	194.946	86.458
Capital de giro	115.215	186.935
Finame	97.539	73.991
Crédito rural	50.422	38.770
Cessão de crédito	32.451	46.035
"Hot Money"	10.030	-
Financiamentos à importação	8.125	8.220
Cédula de crédito bancário	-	5.414
Financiamento Resolução CMN nº 2.770	-	2.587
Microcrédito	-	2.001
Outros empréstimos	7.331	4.046
Total	<u>516.059</u>	<u>454.457</u>

b. Operações de câmbio

Os detalhes, por tipo de operação, são indicados a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Adiantamento sobre contrato de câmbio	1.062.203	686.313
Rendas a receber adiantamento concedido	9.253	8.214
Cambiais em moeda estrangeira	4.988	3.102
Total	<u>1.076.444</u>	<u>697.629</u>

c. Arrendamentos financeiros a receber

Operações de crédito a clientes incluem os seguintes prazos sobre arrendamentos financeiros a receber:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Arrendamentos a receber até 1 ano	167.678	186.537
Arrendamentos a receber de 1 a 5 anos	116.507	252.109
Total	<u>284.185</u>	<u>438.646</u>

As operações de crédito a clientes tem usualmente garantias de notas promissórias e, para algumas delas, existem garantias reais e fidejussórias.

Não foram identificados elementos indicativos de "impairment" nas operações de crédito a clientes registradas em 31 de dezembro de 2013 considerando o "rating" das operações, histórico de pagamento, bem como as garantias recebidas.

12. Ativos e passivos tributários correntes e diferidos

Ativos por impostos diferidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo final</u>
Diferenças temporárias:				
<u>Imposto de Renda</u>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	2.218	6.693	(8.911)	-
Ajuste a mercado de derivativos	3.096	7.273	(3.941)	6.428
Provisão "Hedge" fluxo de caixa	5.951	-	(5.951)	-
Provisão títulos disponíveis para venda	-	1.409	-	1.409
Provisão para riscos fiscais	66.846	11.275	-	78.121
Provisão para ações judiciais	2.860	990	(148)	3.702
Provisão de avais e fianças	-	1.443	-	1.443
Provisão para outros passivos	30.812	25.045	(27.632)	28.225
	<u>111.783</u>	<u>54.128</u>	<u>(46.583)</u>	<u>119.328</u>



<u>Contribuição social</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo final</u>
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	1.330	4.016	(5.346)	-
Ajuste a mercado de derivativos	1.858	4.069	(2.364)	3.563
Provisão "Hedge" fluxo de caixa	3.571	-	(3.571)	-
Provisão títulos disponíveis para venda	-	846	-	846
Provisão para riscos fiscais	40.108	6.766	-	46.874
Provisão para ações judiciais	1.715	594	(88)	2.221
Provisão de avais e fianças	-	865	-	865
Provisão para outros passivos	18.487	15.030	(16.579)	16.938
	67.069	32.186	(27.948)	71.307
Total 2013	178.852	86.314	(74.531)	190.635
Total 2012	138.387	57.685	(17.220)	178.852

Passivo de impostos diferidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os débitos tributários diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo final</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Diferenças temporárias:				
Ajuste a mercado derivativos Lei 11.051/04	(15.730)	-	15.730	-
Provisão "Hedge" Fluxo de Caixa	-	(1.937)	-	(1.937)
Ajuste para títulos disponíveis para venda	(6.373)	-	6.373	-
Superveniência de depreciação	(37.733)	-	1.934	(35.799)
Total 2013	(59.836)	(1.937)	24.037	(37.736)
Total 2012	(47.082)	(20.346)	7.592	(59.836)

Passivos tributários correntes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os passivos tributários correntes, líquidos de antecipações e retenções de fonte, estavam assim distribuídos:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Provisão de Imposto de Renda a Pagar	22.349	27.216
Provisão de Contribuição Social a Pagar	16.097	21.250
Total	38.446	48.466

A expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2013 é:

<u>Exercício social</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>de 2019 até 2023</u>	<u>Total</u>
Créditos tributários	52.083	2.165	1.359	4.113	-	130.915	190.635

O valor presente dos créditos tributários, em 31 de dezembro de 2013, é estimado em R\$92.780, utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

13. Ativos imobilizados

Os ativos imobilizados do Grupo dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Grupo não tem ativos imobilizados mantidos como propriedade de investimento, nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais e não tem nenhuma obrigação contratual para investir em imobilizado. O Grupo não foi parte de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante o exercício.



As variações da rubrica Ativos imobilizados foram as seguintes:

<u>Custo de aquisição</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de processamento de dados</u>	<u>Outros bens</u>	<u>Total</u>
Imobilizado				
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	20.395	27.108	47.503
Aquisições	25	1.999	1.484	3.508
Alienações	-	(1.123)	(730)	(1.853)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	25	21.271	27.862	49.158
Aquisições	-	1.871	387	2.258
Alienações	-	(118)	(508)	(626)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	25	23.024	27.741	50.790
Depreciação				
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	(13.084)	(14.813)	(27.897)
Depreciação do exercício	(1)	(2.771)	(2.631)	(5.403)
Alienações	-	1.120	622	1.742
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(1)	(14.735)	(16.822)	(31.558)
Depreciação do exercício	(10)	(2.660)	(2.485)	(5.155)
Alienações	-	113	388	501
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(11)	(17.282)	(18.919)	(36.212)
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2013	14	5.742	8.822	14.578

14. Ativos intangíveis

As variações da rubrica Ativos intangíveis foram as seguintes:

<u>Custo de aquisição</u>	<u>Softwares</u>	<u>Outros intangíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	7.932	5.032	12.964
Aquisições	623	-	623
Alienações	(99)	-	(99)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	8.456	5.032	13.488
Aquisições	300	-	300
Alienações	(58)	-	(58)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.698	5.032	13.730
Amortização			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(5.752)	(5.032)	(10.784)
Amortização do exercício	(610)	-	(610)
Alienações	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(6.362)	(5.032)	(11.394)
Amortização do exercício	(711)	-	(711)
Alienações	2	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(7.071)	(5.032)	(12.103)
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2013	1.627	-	1.627

15. Outros ativos financeiros

A composição do saldo da rubrica Outros ativos financeiros é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Devedores diversos - exterior	19.930	91.830
Outros recebíveis	37.867	18.434
Serviços prestados a receber	12.630	16.415
Despesas antecipadas de outros ativos financeiros	1.199	531
Negociação e intermediação de valores	513	804
Total	72.139	128.014
<u>Descrição</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Outros ativos financeiros até 1 ano	68.629	128.014
Outros ativos financeiros de 1 a 5 anos	3.510	-
Total	72.139	128.014



16. Outros ativos

A composição do saldo da rubrica Outros ativos é a seguinte:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Devedores por depósitos em garantia	287.859	231.091
Devedores diversos - país	3.951	1.932
Adiantamentos diversos	3.089	4.028
Despesas antecipadas de outros ativos	1.559	582
Outros créditos a compensar/recuperar	586	3.988
Total	297.044	241.621

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Outros ativos financeiros até 1 ano	8.258	10.453
Outros ativos financeiros de 1 a 5 anos	288.786	231.168
Total	297.044	241.621

17. Garantias

A composição máxima se as garantias financeiras forem exigidas são assim compostas:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
"Performance bond"	1.447.945	740.047
Fiança Bancária	1.247.698	1.078.650
Fiança processos em juízo	554.905	423.558
"Advance payment bond"	469.219	437.682
Adiantamento de contrato	183.553	148.607
Pagamento de aluguel	29.809	18.675
"Bid bond"	22.184	15.790
Total	3.955.313	2.863.009

Essas garantias estão contabilizadas em "off-balance". Foram identificados "impairment" de R\$5.765, conforme nota 34b.

As comissões a receber a valor justo correspondem a R\$21.648 (R\$16.444 em 31/12/2012) contabilizadas "pro rata temporis" pelo prazo remanescente das operações.

18. Depósitos de instituições financeiras

A composição do saldo da rubrica Depósitos de instituições financeiras é a seguinte:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos interfinanceiros	104.884	553.378
Outros depósitos de instituições financeiras	36.517	50.984
Captações no mercado aberto	17.635	272.363
Total	159.036	876.725

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos de instituições financeiros até 1 ano	159.036	624.690
Depósitos de instituições financeiros de 1 a 5 anos	-	252.035
Total	159.036	876.725

19. Depósitos de clientes

A composição do saldo da rubrica Depósitos de clientes é o seguinte:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos a prazo	4.418.741	4.144.292
Captações no mercado aberto	2.039.309	1.986.168
Depósitos à vista	122.015	163.837
Ordens de pagamento a cumprir	49.268	54.120
Total	6.629.333	6.348.417

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Depósito de clientes até 1 ano	5.181.665	4.925.619
Depósito de clientes de 1 a 5 anos	1.447.668	1.422.798
Total	6.629.333	6.348.417

20. Títulos de dívida emitidos

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Títulos de dívida emitidos até 1 ano	239.565	168.165
Títulos de dívida emitidos de 1 a 5 anos	875.347	232.515
Total	1.114.912	400.680

O saldo da rubrica Títulos de dívida emitidos corresponde a obrigações por emissão de letras financeiras, no montante de R\$1.114.912 (R\$400.680 em 31/12/2012), atualizados ao custo amortizado com vencimento até 10/09/2018. Para as operações prefixadas variam de 10,35% a.a. a 13,70% a.a., e pós-fixada de 104,00% a.a. a 108,00% a.a. do CDI e IPCA mais 4,00% a.a. a 7,05% a.a..



21. Obrigações por empréstimos e repasses

A composição do saldo da rubrica Obrigações por empréstimos e repasses ao custo amortizado é o seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
No país:		
Repasses - BNDES EXIM-PRÉ	67.515	32.688
Repasses - FUNCAFE	41.341	16.807
Repasses - BNDES FINEM	29.872	41.230
	138.728	90.725
No exterior:		
Empréstimos - Moeda estrangeira	1.901.218	3.160.391
Total de empréstimos e repasses ao custo amortizado	2.039.946	3.251.116

São compostas basicamente por:

i. Obrigações em Moedas Estrangeiras - contratados integralmente com a matriz, financiamentos à importação e exportação com cartas de crédito contratadas junto a empresas do Grupo BNP Paribas, localizadas em Nova York e Paris, todos vencíveis até 21 de novembro de 2014 com encargos financeiros que variam de 0,15% a.a. a 1,13% a.a. (0,37% a.a. a 2,05% a.a. em 2012), além da respectiva variação cambial;

ii. Operações de Repasses do País FINAME - vencíveis até 17 de junho de 2019 com encargos que variam de:

i) 7,50% a.a. (8,00% a.a. a 8,30% a.a. em 2012) acima da variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP,

ii) 3,80% a.a. 6,30% a.a. (6,30% a.a. em 2012) para operações em R\$-PRÉ e

iii) 2,50% a.a. (2,50% a.a. em 2012) para operações em UMBNDES;

iii. FUNCAFE com encargos de 1,00% a.a. (1,00% a.a. em 2012), vencíveis até 15 de outubro de 2015 e

iv. Repasses do Exterior, com encargos financeiros que variam de 1,25% a.a. a 1,67% a.a. (0,85% a.a. a 3,67% a.a. em 2012), vencíveis até 19 de setembro de 2014.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Obrigações por empréstimos e repasses até 1 ano	1.927.619	3.048.483
Obrigações por empréstimos e repasses de 1 a 5 anos	82.455	202.633
Obrigações por empréstimos e repasses acima de 5 anos	29.872	-
Total	2.039.946	3.251.116

22. Provisões

A posição das provisões constituídas sobre os processos judiciais, segregadas por natureza da causa, é a seguinte:

	<u>Demandas</u>	<u>Demandas</u>	<u>Demandas</u>	<u>Outras</u>	<u>Total</u>
	<u>fiscais</u>	<u>trabalhistas</u>	<u>cíveis</u>	<u>provisões</u>	
Saldo inicial em 31/12/2011	222.849	8.666	-	-	231.515
Constituição	31.161	1.891	-	-	33.052
Reversão	(1.258)	(115)	-	-	(1.373)
Atualizações monetárias	16.046	1.152	-	-	17.198
Baixas por pagamento	(1.413)	(155)	-	-	(1.568)
Saldo final 31/12/2012	267.385	11.439	-	-	278.824
Constituição	25.590	14.867	6	5.765	46.228
Reversão	-	(1.066)	-	-	(1.066)
Atualizações monetárias	19.507	825	1	-	20.333
Baixas por pagamento	-	(1.270)	-	-	(1.270)
Saldo final 31/12/2013	312.482	24.795	7	5.765	343.049

As provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado que o risco de perda é provável e seus montantes podem ser mensurados com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis ou remotas não são reconhecidas contabilmente e estão representados por processo de natureza cível e trabalhista. Em 31 de dezembro de 2013, os riscos considerados como de perda possível montam em R\$25.871 (em 31/12/2012 R\$24.282).

As demandas fiscais referem-se principalmente a processos judiciais onde está sendo contestado a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2013, a provisão para riscos fiscais era composta principalmente da provisão para pagamento da COFINS e do PIS, no valor de R\$235.863 e R\$23.307 respectivamente (em 31/12/2012 R\$200.220 e R\$19.536 respectivamente), em que o Grupo discute judicialmente a ampliação da base de cálculo estabelecida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 e de provisão de R\$45.012 (R\$39.342 em 31/12/2012) referente ao ISS sobre operações de fianças, avais, câmbio e crédito.

Em geral, as provisões referentes as ações judiciais do Grupo são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Em virtude desse fato, observamos que é difícil fazer estimativas precisas com relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, o Grupo não incluiu estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.



23. Outros passivos

A composição do saldo da rubrica Outros passivos é o seguinte:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para despesas de pessoal	87.602	111.957
Adiantamento recebido sobre operações de câmbio	49.332	52.328
Outros impostos e contribuições a recolher	55.409	57.900
Provisões despesas administrativas	11.567	13.396
Resultado de exercícios futuros	2.224	1.860
Diversos	12.746	7.880
Total	218.880	245.321

24. Patrimônio líquido

a) Capital

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, capital social está representado por 166.829 ações ordinárias sem valores nominais, totalmente integralizadas.

b) Destinação de resultados

Conforme definido no Estatuto do Banco são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido do exercício conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, houve a destinação de resultado para pagamento de Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$64.000 (em 2012 R\$67.055), a qual proporcionou uma redução na despesa de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$25.600 (em 2012 R\$26.822). Além do Juros sobre Capital Próprio, 5% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normatizadas pelo BACEN, foi destinado para constituição de Reserva Legal, no valor de R\$9.388 (em 2012 R\$9.390) e R\$60.331 (em 2012 R\$51.348) foi destinado para Reserva Estatutária.

c) Incorporação - Petits Champs Participações e Serviços S.A.

Em 30 de setembro de 2013, tendo em vista assunção pela Sociedade de todos os ativos e passivos da Petits Champs Participações e Serviços S.A. nos termos do Protocolo aprovado, propôs a Diretoria o aumento de capital em R\$18.381, sem emissões de novas ações, e deliberado pela Assembléia Geral Extraordinária datado de 30 de setembro de 2013 e homologado pelo Banco Central em 09 de janeiro de 2014.

d) Aumento de capital

Em 30 de dezembro de 2012, os acionistas aprovaram, por unanimidade, o aumento de capital do Banco em R\$60.000, sem a emissão de novas ações, por meio da utilização dos Lucros Acumulados, homologado pelo Banco Central do Brasil em 28 de fevereiro de 2013. Em 30 de dezembro de 2013, os acionistas aprovaram, por unanimidade, o aumento de capital do Banco em R\$54.000, sem a emissão de novas ações, por meio da utilização dos Lucros Acumulados, homologado pelo Banco Central do Brasil em 13 de março de 2014.

e) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Banco é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo da reserva de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco sendo que, qualquer valor excedente deve ser capitalizado e/ou distribuído como dividendo. O Banco não possui outras reservas de lucros.

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normatizadas pelo BACEN, para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco.

25. Receitas e Despesas de juros e similares

A composição dos principais itens de receitas e despesas de juros está demonstrada a seguir:

	2013	2012
Receitas de juros e similares		
Operações de crédito a instituições financeiras	645.700	728.448
Ativos financeiros designados ao valor justo - Disponível para venda	231.854	137.227
Operações de crédito a clientes	116.053	106.184
Total	993.607	971.859
Despesas de juros e similares		
Depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras	511.964	498.212
Títulos de dívida emitidos	68.853	55.100
Obrigações por empréstimos e repasses	18.636	18.937
Passivos financeiros designados ao valor justo	17.486	15.946
Outros	6.465	6.559
Total	623.404	594.754
Total Geral	370.203	377.105

A rubrica "Outros em Despesas de juros e similares" é composta basicamente por despesa de contribuição ao FGC.

A composição dos principais itens das despesas de juros por depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras está demonstrada a seguir:

	2013	2012
Despesas de juros por depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras		
Depósito a prazo	332.378	361.571
Operações compromissadas	162.396	76.684
Depósito interfinanceiro	16.523	59.537
Outros	667	420
Total	511.964	498.212



26. Resultado líquido de serviços e comissões

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas de serviços e comissões		
Prestação de serviços não recebidas	79.409	133.290
Taxa administração	68.645	73.390
Comissões sobre fianças recebidas	33.337	29.364
Outras comissões recebidas	26.954	23.995
Total	<u>208.345</u>	<u>260.039</u>
Despesas de serviços e comissões		
Serviços prestados	3.656	2.872
Comissões sobre fianças pagas	2.744	2.042
Outras comissões pagas	291	474
Total	<u>6.691</u>	<u>5.388</u>
Resultado líquido de serviços e comissões	<u>201.654</u>	<u>254.651</u>

27. Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado

O Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado inclui todos os ganhos e perdas relativos aos instrumentos financeiros geridos na carteira de negociação e instrumentos financeiros que o Grupo tenha designado pelo valor justo através do resultado.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação:		
Derivativos mantidos para negociação	138.672	34.608
Operações cambiais	40.141	29.293
Outros	53.104	2.235
Renda fixa	(104.786)	36.565
Total	<u>127.131</u>	<u>102.701</u>
Resultado de outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado:		
Dívida Subordinada	10.656	(4.188)
Renda fixa	(48.960)	7.974
Total	<u>(38.304)</u>	<u>3.786</u>
Resultado de derivativos mantidos para gerenciamento de riscos:		
Taxa de juros e câmbio	36.381	(51.447)
Total	<u>36.381</u>	<u>(51.447)</u>
Total Geral	<u>125.208</u>	<u>55.040</u>

28. Resultado de ativos financeiros disponíveis para venda

O Resultado de instrumentos financeiros disponíveis para venda compreende as alterações realizadas no valor justo e dividendos sobre estes instrumentos financeiros.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado na venda de títulos de investimento disponíveis para venda:		
Títulos públicos	(2.897)	4.742
Títulos privados	13.846	295
Dividendos/remuneração de ações disponíveis para venda	877	460
Total	<u>11.826</u>	<u>5.497</u>

Durante o ano foram transferidas do Patrimônio Líquido para o resultado o valor de R\$13.593 (em 2012 R\$3.576) como ganhos de alienação de ativos financeiros disponíveis para venda.

29. Outras receitas operacionais

Essa rubrica está assim demonstrada:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outras receitas operacionais:		
Atualização depósito judicial	15.579	14.208
Reversão de provisão para ação judicial	-	420
Outras	1.474	2.286
Total	<u>17.053</u>	<u>16.914</u>

30. Despesas de pessoal

A composição da rubrica Despesa de Pessoal está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas de pessoal:		
Salários, participação nos lucros e bônus	149.149	173.540
Encargos sociais	52.302	52.521
Outros benefícios dos funcionários	14.256	13.448
Despesas com planos de aposentadoria de contribuição definida	4.009	3.784
Treinamento	1.139	1.313
Total	<u>220.855</u>	<u>244.606</u>



31. Depreciação e amortização

A rubrica Depreciação e amortização está composta como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesa de depreciação e amortização:		
Amortização de ativos intangíveis	711	610
Equipamentos de processamento de dados	2.660	2.771
Outros bens	2.483	2.554
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2	77
Veículos	10	1
Total	<u>5.866</u>	<u>6.013</u>

32. Outras despesas operacionais

As Outras despesas operacionais estão compostas como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outras despesas operacionais:		
Serviços do sistema financeiro	42.048	27.873
Despesas tributárias	37.461	34.476
Atualização provisões para ações judiciais	36.577	13.795
Processamento de dados	20.490	17.891
Serviços de terceiros	19.336	20.685
Despesas de arrendamentos operacionais	11.238	12.542
Viagens	8.400	6.623
Serviços técnicos especializados	6.108	5.650
Comunicação	5.079	5.411
Promoções e relações públicas	3.493	1.926
Transportes	1.586	1.317
Publicação e propaganda e publicidade	1.191	2.096
Outras	12.906	14.007
Total	<u>205.913</u>	<u>164.292</u>

As despesas tributárias, dentre outros tributos não incidentes sobre o lucro, refere-se principalmente a PIS e COFINS.

O saldo da rubrica Despesas de arrendamentos operacionais está resumido no quadro a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas de arrendamentos operacionais:		
Aluguel de imóvel	9.799	11.328
Aluguel de carro	626	551
Aluguel outros	813	663
Total	<u>11.238</u>	<u>12.542</u>

Abaixo apresentamos o total dos futuros pagamentos de locações operacionais:

<u>2013</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Mais 5 anos</u>
Aluguel de imóvel	8.500	27.741	4.756
Aluguel de carro	697	1.393	-
Aluguel outros	813	3.254	4.067
Total	<u>10.010</u>	<u>32.388</u>	<u>8.823</u>
<u>2012</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Mais 5 anos</u>
Aluguel de imóvel	7.553	10.121	831
Aluguel de carro	693	1.387	-
Aluguel outros	663	2.652	3.314
Total	<u>8.909</u>	<u>14.160</u>	<u>4.145</u>

O Grupo aluga diversos imóveis para o uso em suas operações, segundo contrato de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de locação. Nenhum contrato de locação impõe restrições relacionadas a dividendos, contratação de dívidas e arrendamentos adicionais.



33. Despesa de imposto sobre a renda

a. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social fora assim apuradas:

<u>Descrição</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e juros sobre capital próprio	272.358	263.343
(-) Juros sobre capital próprio	<u>(64.000)</u>	<u>(67.055)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	208.358	196.288
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(83.343)	(78.515)
Ajustes decorrentes da legislação fiscal:		
Exclusões (adições) permanentes		
Juros sobre títulos soberanos externos e dividendos	20.282	133
Despesas indedutíveis, doações e incentivos e Usufruto	(772)	10.461
Diferença de alíquota e de regime de tributação (lucro presumido)	<u>2.870</u>	<u>3.524</u>
Total	(60.963)	(64.397)
Abertura:		
Impostos correntes	(97.467)	(88.205)
Impostos exercicios anteriores	-	1.425
Impostos diferidos	36.504	22.383
Taxa tributária efetiva	22%	24%

b. Impostos diferidos reconhecidos no resultado abrangente

<u>Descrição</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Créditos tributários reconhecidos no resultado		
Diferenças temporárias	14.015	29.120
Depreciação excedente de bens arrendados	1.934	(9.626)
Ajuste ao valor justo dos títulos e derivativos	<u>20.555</u>	<u>2.889</u>
Total IR/CSLL diferido reconhecido no resultado	36.504	22.383
Créditos tributários reconhecidos no patrimônio		
Ajuste ao valor justo dos títulos disponíveis para venda	8.628	(1.065)
Ajuste ao valor justo do "hedge" de fluxo de caixa	<u>(11.459)</u>	<u>6.392</u>
Total IR/CSLL diferido reconhecido no patrimônio	(2.831)	5.327

34. Gerenciamento de riscos financeiros

a. Introdução e visão geral

O Grupo está exposto aos seguintes riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos adotados pelo Grupo, e o seu gerenciamento de capital.

Estrutura de gerenciamento de risco

O Grupo monitora os riscos aos quais se submete de maneira unificada sob a estrutura do GRM, Group Risk Management ou "Grupo de Gerenciamento de Risco". Isso inclui os departamentos responsáveis pelos:

- Riscos de Crédito (CRI)
- Riscos de Mercado (RISK-IM)
- Riscos de liquidez

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de incorrer perdas em ativos financeiros (existentes ou potenciais, devido a compromissos dado) resultantes de uma mudança na qualidade do crédito dos devedores das entidades do Grupo, o que pode resultar em inadimplência. A probabilidade de inadimplência e a expectativa de recuperação do empréstimo ou do recebível em caso de inadimplência são os principais componentes da avaliação da qualidade de crédito.

A gestão do risco de crédito do Grupo é feita tendo como objetivo otimizar a relação entre o risco e o retorno de seus ativos.



Gerenciamento do risco de crédito

A área de Risco de Crédito do Grupo observa a política e normas de monitoramento da Matriz do Grupo e está em conformidade com as regulamentações de Basileia II e das normas emanadas pelo Banco Central do Brasil.

A missão da área de risco de crédito inclui:

- Assegurar o respeito às normas e procedimentos de risco de crédito, em colaboração com áreas afins.
- Garantir a manutenção de um nível de risco aceitável da carteira de crédito do Grupo.
- Controlar os riscos de crédito segundo as deliberações dos Comitê Central na Casa Matriz ou local.
- Contribuir como um “segundo olhar” para riscos de compliance, de compatibilidade às políticas de risco de crédito, de conformidade quanto aos objetivos de classificação de risco e objetivos de retorno sobre operações.
- Manter a adequada classificação de riscos da carteira de crédito do Grupo, orientando as áreas envolvidas quanto aos critérios a serem utilizados para fins de provisionamento contábil.
- Informar os Comitês Executivos sobre riscos de crédito aos quais o Grupo está exposto, incluindo os riscos envolvidos em operações e/ou transações.

Exposição consolidada ao risco de crédito:

	31/12/2013	31/12/2012
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	3.546.182	3.987.039
Derivativos	767.842	242.050
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	1.100.343	129.602
Operações de crédito a instituições financeiras	3.714.666	4.168.362
Operações de crédito a clientes	1.876.688	1.590.732
Garantias prestadas (off balance)	3.955.313	2.863.009
Exposição bruta	14.961.034	12.980.794
Provisão “impairment” - garantias prestadas	(5.765)	-
Exposição líquida	14.955.269	12.980.794

Apresentamos abaixo uma análise das concentrações de risco de crédito por setor na data de balanço:

	31/12/2013	31/12/2012
Governo	3.267.186	3.276.772
Industria	1.837.609	1.598.570
Comércio	107.474	84.562
Instituição financeira	5.301.198	5.254.671
Outros serviços	4.384.228	2.735.130
Pessoa física	63.339	31.089
Exposição líquida	14.961.034	12.980.794
Provisão “impairment” - Outros serviços	(5.765)	-
Exposição líquida	14.955.269	12.980.794

Do total da exposição líquida consolidada ao risco de crédito as operações vencidas compreendem:

	31/12/2013	31/12/2012
Operações de crédito a clientes - Adiantamento de Contrato de Câmbio		
Até 60 dias	6.216	15.510
Total de operações vencidas	6.216	15.510

Em 2013 houve recuperação de créditos referentes a créditos anteriormente baixados contra provisão no montante de R\$724 (não houve recuperação de créditos em 2012).

Responsabilidade da área de Risco de Crédito

A área de Risco de Crédito é responsável pela avaliação e validação das solicitações de crédito formuladas pelas áreas de negócios, a serem submetidas ao Comitê de Crédito para discussão e aprovação e/ou recomendação, dentro dos poderes delegados pela Matriz, e pela gestão e controle dos riscos de crédito aprovados e/ou recomendados pelo Comitê de Crédito do Grupo decorrentes das operações ativas que representem a concessão de linha de crédito ou a liberação de recursos, realizadas com clientes corporativos.

Princípios Gerais de Risco de Crédito

As áreas de negócios são as responsáveis pela preparação das solicitações de crédito, que deverão conter as informações necessárias para fundamentar uma decisão de crédito. Cabe à área de Risco de Crédito avaliar e validar a proposta apresentada pelas áreas de negócios quanto ao correto acesso ao risco.

Todas as decisões de crédito são formalizadas em Atas de Reunião assinadas pelos membros do Comitê de Crédito.

Em alguns casos (a serem definidos pelos Representantes de Risco), a proposta poderá ser aprovada por circulação entre os membros do Comitê de Crédito local.

Nos casos de risco fora dos poderes locais, a Ata de Reunião e o Dossiê de Crédito são enviados para o Comitê Responsável na Casa Matriz, para análise e aprovação.

A composição do Comitê de Crédito é definida pelo Diretor Presidente e a Diretoria de Riscos de maneira a garantir a melhor informação possível sobre as propostas de crédito à Diretoria Executiva do Grupo, estando esta composição formalizada em Ata de Reunião do Comitê Executivo.

As alçadas de crédito são concedidas na Casa Matriz, através das “Cartas de Delegação de Crédito”. No Brasil, somente o Diretor Presidente, o Gerente de Crédito (“Credit manager”) e alguns representantes da Área Comercial, em conjunto com os Representantes de Risco de Crédito possuem alçada de delegação de crédito.



Negócios especiais ou diferenciados devem envolver os especialistas em suas respectivas áreas que irão prover o apoio técnico necessário ao negócio.

A decisão final em relação ao rating de crédito e à taxa de recuperação do crédito concedido ("*Global recovery rate - GRR*") pertence à Diretoria de Risco de Crédito.

O processo de crédito não se encerra com a aprovação de uma operação ou limite de crédito. Os limites concedidos, bem como as operações desembolsadas devem ser monitoradas durante todo o tempo de sua vigência, sendo responsabilidade da "*Área de Credit Risk & Control (CRC)*" o acompanhamento das aprovações de crédito bem como a alimentação e monitoramento dos sistemas de crédito vigentes no Grupo.

É de responsabilidade da CRC apontar os excessos e/ou irregularidades de crédito que ocorrerem aos Representantes de Risco de Crédito e às Áreas de Negócios.

Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O Grupo utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações que apresentam risco de crédito. Desse modo, as garantias são utilizadas com o fim de melhorar o potencial de recuperação do crédito em caso de inadimplência

- Garantias Pessoais, são usadas quando uma parte garante o repagamento da dívida do devedor;
- Garantia Conjunta, é usada quando mais de uma parte garante o repagamento da dívida do devedor. Cada garantidor é responsável pelo valor a si declarado na garantia ou no montante integral da dívida se a garantia estiver cobrindo todos os compromissos;
- Garantia Cruzada, diversas entidades do mesmo grupo (ou relacionadas entre si) garantem a dívida de todas as outras entidades englobadas na garantia cruzada. Para esta garantia, é exigido a Ata de Autorização do Conselho Administrativo do Grupo devedor;
- Garantia de Entidades no exterior, assegurar que o garantidor forneça as autorizações de remessa dos montantes e que os mesmos estejam em conformidade com o controle cambial do Banco Central. O objetivo da aprovação de remessa cambial permite a transferência de fundos caso o Grupo necessite acionar a garantia;
- SBLC - "*Standby Letter of Credit*", quando uma subsidiária do Banco BNP Paribas em um determinado país, solicita a uma subsidiária do BNP Paribas em outro país a conceder uma linha de crédito para uma filial de um cliente, e a subsidiária do BNPP que concede a linha de crédito recebe do BNPP de origem uma carta de garantia denominada "*Accreditif*" (ou SBLC - "*Standby letter of credit*");
- Contragarantia, quando uma subsidiária do Banco BNP Paribas (Emissor) solicita uma outra subsidiária (Receptora) do BNPP a emissão de uma garantia para uma filial de seu cliente. O BNPP Emissor deve enviar para o BNPP Receptor uma garantia (mensagem "*swift*") onde o Emissor assume todos os riscos e responsabilidades para a referida transação, a qual deverá ser registrada em nome do Emissor (subsidiária do BNPP) e não do cliente.

A área de negócios define as garantias necessárias para determinadas linhas de crédito. Cada garantia está descrita na Proposta de Crédito e deve ser analisada para sua adequação.

A área de "*Credit Risk e Control*" assegura que o montante da garantia seja suficiente para cobrir o risco conforme aprovado pelo Comitê de Crédito.

A maioria das garantias que o Grupo possui é na forma de nota promissória e cobre as operações de crédito.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez e de refinanciamento é o risco do Banco não poder satisfazer necessidades de caixa correntes e futuras, previstas ou imprevistas, assim como novas exigências de garantias, sem afetar suas operações rotineiras ou sua posição financeira.

O risco de liquidez e de refinanciamento é gerido através de uma política de liquidez aprovada pelo Comitê ALCO ("*Assets and Liability Committee*"). Esta política se baseia em princípios de gestão que visam à aplicação tanto em condições normais como em crise de liquidez. A posição de liquidez do Grupo é avaliada com base em padrões internos, sinalizadores de alerta e em regulamentação do Banco Central.

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

• Objetivos

Os objetivos da política de gestão de liquidez são: (i) assegurar uma base de financiamento equilibrada para apoiar a estratégia de desenvolvimento do Grupo, (ii) garantir que o Grupo esteja sempre em posição de cumprir suas obrigações perante seus clientes, (iii) garantir não provocar uma crise sistêmica exclusivamente por suas próprias ações, (iv) cumprir com as normas estabelecidas pelo supervisor do sistema bancário local, (v) manter o custo de refinanciamento o mais baixo possível e (vi) lidar com eventuais crises de liquidez.

• Funções e responsabilidades na gestão do risco de liquidez

O Comitê ALCO define a política geral de gestão de risco de liquidez, incluindo os princípios de avaliação de riscos, níveis de risco aceitáveis e os procedimentos de monitoramento. A responsabilidade pelo acompanhamento e execução da política de gestão de risco de liquidez foi delegada a "*Assets and Liabilities Management - ALM Treasury*". Relatórios e análises de liquidez são periodicamente apresentados à Diretoria e regularmente nas reuniões do Comitê ALCO para informar os indicadores de liquidez, os resultados dos testes de estresse e a execução de programas de financiamento. O Comitê ALCO também é informado de qualquer situação de crise de liquidez e é um dos principais responsáveis por decidir sobre a atribuição de funções de gestão de crises e aprovação de planos de emergência.

A GRM contribui para a definição de princípios de política de liquidez, além de prover um segundo controle através da validação dos modelos, dos indicadores de risco (incluindo testes de estresse de liquidez), dos limites e parâmetros de mercado utilizados. A GRM é membro do Comitê ALCO.

• Gerenciamento de risco de liquidez centralizado

O gerenciamento do risco de liquidez é centralizado pela "*ALM Treasury*" para todos os vencimentos. A "*ALM Treasury*" é responsável pelo refinanciamento e pelas emissões de curto prazo, por emissões de dívida sênior e subordinada, por programas de securitização para a atividade de crédito ao consumidor e pelo financiamento das linhas de negócio do "*Corporate and Investment Banking*".

A "*ALM Treasury*" também está encarregada de fornecer financiamento para as principais atividades do Grupo e do investimento de seus caixas excedentes.

SUPERVISÃO E GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

A supervisão e gestão de riscos de liquidez estão baseadas nos quatro seguintes fatores:

- Padrões internos e indicadores com vencimentos diversos;
- Coeficientes regulatórios;
- Capacidade disponível de refinanciamento;
- Outras medidas que completam esses indicadores.



A gestão da liquidez é baseada em uma ampla gama de padrões internos e de indicadores com vencimentos diferentes. Um limite para financiamento de curtíssimo prazo é definido, limitando o montante gerado em mercados interbancários "overnight" por moeda.

Testes de estresse de liquidez são realizados regularmente com base em fatores de mercado e fatores específicos ao Grupo que afetariam negativamente sua posição de liquidez.

A gestão de liquidez de médio e longo prazo é principalmente baseada no descasamento entre ativos e passivos de médio e longo prazo. Em um horizonte de um ano, o coeficiente "Passivo/Ativo" deve ser superior a 85%. Adicionalmente, os coeficientes de liquidez completam a estrutura de gerenciamento de risco.

A capacidade disponível de refinanciamento necessária para lidar com um inesperado aumento das necessidades de liquidez é regularmente medida ao nível do Grupo. Ela é constituída principalmente por títulos públicos e outros títulos elegíveis disponíveis que possam ser vendidos com acordo de recompra ou de imediato no mercado e empréstimos "overnight" passíveis de não renovação.

Estas disposições são complementadas por medidas adicionais: a diversificação das fontes de curto prazo do Grupo e o acompanhamento de tendências do custo de refinanciamento e de renovação de recursos de atacado.

TÉCNICAS DE MITIGAÇÃO DE RISCO

Como parte da rotina de gestão de liquidez, em caso de uma crise de liquidez temporária, os ativos mais líquidos do Grupo constituem uma reserva de liquidez que permite ao Grupo ajustar sua posição de tesouraria através de operações de venda com recompra ou em operações com o Banco Central. No caso de uma crise de liquidez prolongada, o Grupo poderá ter que reduzir gradualmente seu balanço com a venda definitiva de ativos.

Por último, o risco de liquidez é reduzido pela diversificação das fontes de financiamento em termos de estrutura, instrumentos e investidores.

Prazos contratuais remanescentes de ativos e passivos financeiros

Os valores reportados refletem os fluxos de caixa contratados não descontados e portanto, podem diferir daqueles constantes nas Demonstrações contábeis consolidadas.

31/12/2013	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 2013	Total 2012
ATIVO							
Caixa e equivalente de caixa	2.387.692	710.806	-	-	-	3.098.498	4.656.740
Ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado	767.197	219.234	1.556.116	983.667	19.968	3.546.182	3.987.039
Derivativos	123.430	36.929	268.405	322.888	16.190	767.842	242.050
Ativos financeiros disponíveis para venda	82.639	-	1.084	1.016.620	-	1.100.343	129.602
Operações de crédito a instituições financeiras	-	-	2.066.682	1.647.984	-	3.714.666	4.168.362
Operações de crédito a clientes	157.677	386.338	1.072.373	230.407	29.893	1.876.688	1.590.732
Outros ativos financeiros	47.745	15.461	5.423	3.509	1	72.139	128.014
Total	3.566.380	1.368.768	4.970.083	4.205.075	66.052	14.176.358	14.902.539
PASSIVO							
Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado	121.633	184.855	448.241	794.519	13.780	1.563.028	1.743.790
Derivativos	116.930	60.106	143.436	436.001	175.910	932.383	649.238
Depósitos de instituições financeiras	60.013	-	99.023	-	-	159.036	876.725
Depósitos de clientes	2.533.598	377.862	2.270.205	1.413.679	33.989	6.629.333	6.348.417
Títulos de dívida emitidos	8.161	31.892	199.512	875.347	-	1.114.912	400.680
Obrigações por empréstimos e repasses	525.846	197.570	1.204.203	82.455	29.872	2.039.946	3.251.116
Total	3.366.181	852.285	4.364.620	3.602.001	253.551	12.438.638	13.269.966

Deste montante, R\$4.419.673 (R\$4.793.530 em 2012) referem-se a CDB e Derivativos e podem sofrer resgates antecipados.

d. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de incorrer em uma perda de valor em razão de mudanças desfavoráveis nos preços ou parâmetros de mercado, de posições detidas por uma instituição financeira.

Parâmetros de mercado observáveis incluem, mas não estão limitados, às taxas de câmbio, taxas de juros, preços dos títulos (se listados ou obtidos por referência à um ativo semelhante), preços de derivativos, preços de outros bens e outros parâmetros que podem ser diretamente inferidas a partir deles, tais como volatilidades ou outros parâmetros semelhantes.

O monitoramento e controle dos riscos de mercado encontram-se firmemente enraizados na cultura corporativa do Banco BNP Paribas e entidades controladas. Nesse aspecto, a integração do Grupo com a matriz é total, assim como é formalizada a política de gestão de risco de mercado do Grupo, em adequação com a Resolução CMN nº 3.464 de 26 de junho de 2007. A aprovação desta política institucional pela Diretoria Executiva do Grupo é efetuada no final de cada ano.

Estrutura do controle de Risco de Mercado

O Grupo monitora os riscos aos quais se submete de maneira unificada sob a estrutura do GRM. Isso inclui os departamentos responsáveis pelos seguintes riscos:

- Crédito (CRI)
- Mercado (RISK-IM)

O monitoramento do risco de mercado encontra-se sob a responsabilidade do RISK-IM, *Risk-Investment Markets* ou "Risco para Mercados de Investimentos". Por sua vez esta área é composta por várias equipes, dentre elas cabe destacar:

O *Portfolio Analysis Team* (Equipe de Análise de Carteiras), responsável pelo monitoramento dos riscos de mercado.

O *Exposure Control Team* (Equipe de Controle de Exposição), responsável pelas informações sobre risco de contraparte.

O *Credit Team* (Equipe de Crédito), responsável pelo monitoramento dos riscos das carteiras que possuem produtos de crédito (derivativos de crédito, MBS - Mortgage backed securities, ABS - Asset backed securities e outros).



O *Hedge Fund Team* (Equipe de Fundos Multimercado), responsável pelas operações com fundos multimercado.

O *Transaction Analysis Team* (Equipe de Análise de Transações), responsável pela análise e aprovação de novos produtos ou atividades.

O *Risk Architecture Team* (Equipe de Arquitetura de Risco), responsável pela modelagem dos sistemas de risco - *Value at Risk* e outras medidas - e pela geração dos relatórios.

O *Portfolio Analysis Team* e o *Exposure Control Team* possuem presença local no Brasil. O monitoramento do risco de mercado é efetuado pelo *Portfolio Analysis Team São Paulo - PAT SP*, que interage de forma estreita com as demais equipes do RISK-IM, beneficiando-se assim da expertise específica a cada uma delas.

O PAT SP é totalmente independente da estrutura hierárquica do Grupo. Os seus membros respondem diretamente para o RISK-IM de Nova Iorque e Londres. No Brasil, o Diretor de Riscos de Mercado, nomeado em dezembro de 2007, para adequação à Resolução CMN nº 3.464, assegura o relacionamento com os órgãos reguladores.

Monitoramento do Risco de Mercado

Escopo e Frequência

O PAT SP tem a obrigação de monitorar a exposição a risco de mercado do Grupo. Isso inclui as posições proprietárias, as atividades com clientes e a gestão do caixa do Banco. A íntegra das posições registradas no balanço das entidades encontra-se sob supervisão.

Todo fator de risco que influencie o valor a mercado das posições acima deve ser controlado. O conjunto de fatores deve abranger entre outros:

- A exposição cambial em moeda estrangeira.
- A exposição às variações nas taxas de juros, inclusive os cupons de:
 - o Moeda estrangeira
 - o Inflação
 - o Juros
- A exposição às volatilidade de taxa de juros e taxas de câmbio.

O cálculo da sensibilidade das carteiras do Banco aos diversos fatores de risco, o Value-at-Risk e a subsequente verificação da adequação das posições aos limites em vigor devem ser efetuadas diariamente e divulgados à alta gerência em relatório de circulação global.

Além da análise quantitativa descrita acima, testes de estresse devem também ser realizados diariamente.

Uma vez por semana, o PAT SP deve consolidar as informações contidas nos relatórios diários num relatório que inclui também informações sobre o comportamento da economia brasileira, dos principais preços negociados no mercado financeiro, dos resultados obtidos pelas diversas áreas de negócios além de testes de estresse adicionais. Esses dados, uma vez consolidados com os das demais localidades, são apresentados à alta gerência do Banco BNP Paribas em reunião semanal sediada em Londres.

Limites

Os principais limites aos quais o Grupo deve se submeter são definidos em Comitê de Risco de Mercado Global, (CMRC, *Capital Markets Risk Committee*). Os membros deste Comitê incluem a alta gerência do RISK-IM assim como os responsáveis das principais atividades de negócios do Banco BNP Paribas. Cabe ao PAT SP assegurar-se que os limites são calibrados adequadamente e advertir sobre uma eventual necessidade de alteração destes, caso o cenário econômico-financeiro sofra mudanças significativas.

As posições que causam um estouro de limite devem ser devidamente documentadas tanto nos relatórios de circulação global como nos sistemas interno de risco de mercado. O PAT SP deve seguir o procedimento delineado globalmente para assegurar o pronto enquadramento das posições que geraram o estouro.

Além dos limites estabelecidos pelo Comitê de Risco de Mercado Global, outros limites podem ser sugeridos pelo PAT SP ou pelos responsáveis por um linha de negócios. Estes limites devem também ser monitorados diariamente.

Sistemas

Os cálculos necessários ao monitoramento interno das posições devem ser efetuados através dos sistemas desenvolvidos pela Equipe de Arquitetura de Risco e demais áreas de pesquisa do conglomerado BNP Paribas. Esses sistemas são submetidos a avaliações periódicas (teste retroativos). A implementação de novas versões é precedida por um período de testes que envolve cada representação geográfica do Banco. O PAT SP deve então avaliar os impactos destas mudanças sobre seu perímetro de atuação.

O monitoramento do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido é efetuado com o uso de sistema desenvolvido externamente por empresa brasileira de presença expressiva no mercado. Esse aplicativo deve ser validado periodicamente pelo PAT SP.

Papel Institucional

A política de risco de mercado no Grupo abrange também outros aspectos além do monitoramento das exposições do Grupo aos diversos fatores de risco de mercado. O papel do RISK-IM é também de supervisor. Ele deve assegurar-se que algumas normas internas são respeitadas. Dentre estas, três funções tem papel diferenciado:

É norma interna do Banco BNP Paribas e de suas entidades condicionar a negociação de novos produtos a uma aprovação das diversas funções de controle. Requer-se que o patrocinador do novo produto ou atividade convoque um Comitê de aprovação que deve incluir um representante do RISK-IM.

Por sua vez o RISK-IM, através do PAT SP, tem a missão de verificar que os riscos de mercado inerentes à nova atividade são passíveis de monitoramento e possuem limites já estabelecidos. O documento de aprovação deve conter uma análise detalhada sobre os riscos de mercado. Os pedidos de desenvolvimento tecnológicos, eventuais limites a serem definidos e demais condições necessárias ao controle dos riscos de mercado devem constar no documento.

Marcação a Mercado

As ferramentas utilizadas para a marcação a mercado oficial das posições do Grupo devem ser validadas pelo RISK-IM. Isso abrange tanto os algoritmos de apuração de cada instrumento financeiro como as definições do mercados na base de dados oficial do Banco. O RISK-IM deve assegurar que os mercados são adequadamente modelados (definição dos instrumentos escolhidos para composição das estruturas a termo, escolha das técnicas de interpolação e etc).

Validação dos Parâmetros de Mercado

O RISK-IM, através do PAT SP, tem a obrigação de verificar que os parâmetros utilizados para a marcação a mercado encontram-se em linha com os preços de mercado. O objetivo consiste em identificar potenciais desvios em relação a uma marcação a mercado independente.



Os dados utilizados para este exercício devem ser neutros no sentido em que não podem ser obtidos das áreas de negócios. São aceitos preços de bolsas, preços de associações de mercado (por exemplo, ANDIMA) ou grupos de bancos e cotações de corretoras. Estes preços devem ser conservados pelo RISK-IM para eventuais consultas ou auditorias.

As diferenças encontradas entre a marcação a mercado efetuada com os parâmetros coletados pelo RISK-IM e os parâmetros internos devem ser documentadas em relatório a ser entregue à alta gerência global e à diretoria local. Diferenças acima de um valor crítico estabelecido pelo PAT SP.

Segue abaixo os valores de exposição e alocação de capital segregado por risco de mercado:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fator de risco	(a)	(a)	(b)	(b)
Risco relacionados a taxas de juros prefixadas em reais	632.757	1.006.000	69.603	110.660
Risco relacionados a variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiros	1.949.755	944.043	214.473	103.845
Risco relacionados a variação da taxa dos cupons de índices de preços	422.034	815.763	46.424	89.734
Risco relacionados a "commodities"	16.503	1.627	1.815	179
Risco relacionados a preço de ações da carteira de negociação	142.415	39.642	15.666	4.361
Risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos a variação cambial	2.094.418	277.237	230.386	30.496
Total	5.257.882	3.084.312	578.367	339.275

(a) Valor de exposição ponderada pelo risco (RWA).

(b) Valor alocado de capital para cada fator de risco.

e. Risco operacional

Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perda resultantes de falha, deficiência ou inadequação de quaisquer processos internos envolvendo pessoas, sistemas ou de eventos externos e inesperados. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades da Instituição.

Cultura

O Grupo entende que a adequada gestão do Risco Operacional está diretamente relacionada com o comprometimento de todos os colaboradores e nesse sentido investe constantemente na disseminação da cultura de controle e de um alto padrão de comportamento ético na condução dos negócios em todos os níveis da Instituição, buscando incutir entre seus colaboradores uma consciência mais preventiva do que reativa, mitigando a exposição da Instituição a esses mencionados riscos.

Estrutura/Ambiente

Em linha com os princípios de Governança Corporativa, aos preceitos da Basileia e às normas do Banco Central do Brasil, o Grupo possui uma área dedicada à gestão e monitoramento do risco operacional, com políticas claramente definidas e divulgadas a todo Grupo, apoiada em processos e ferramentas implementados de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços e atividades do Banco.

A área de gerenciamento de Risco Operacional é suportada pela Alta Administração do Grupo, principalmente por meio do Comitê de Controles Internos e pelo Comitê de Auditoria.

Conforme a definição de Risco Operacional, há uma infinidade de situações que podem se caracterizar como sendo um evento associado ao risco operacional. Dessa forma, para um melhor gerenciamento desses eventos o BNP Paribas os tipifica da seguinte forma:

- Fraude Interna
- Fraude Externa
- Demandas trabalhistas e segurança do local de trabalho
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços
- Danos a ativos físicos
- Interrupção dos negócios
- Falhas em sistemas de TI
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades
- Erros de boletagem
- Acordo Comercial

Alocação de capital

O acordo da Basileia II estabelece como medida para proteger a solvabilidade das instituições financeiras e as partes envolvidas em seus negócios, a necessidade das Instituições alocarem uma parcela de seu capital com vistas à eventuais prejuízos operacionais.

O Grupo mantém a posição conservadora de utilizar a metodologia de abordagem básica (BIA - Basic Indicator Approach) para a alocação de capital regulatório para fins de riscos operacionais, por considerar que a mesma continua sendo a mais apropriada em função do atual cenário mundial e de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços e atividades do Grupo.

Os valores de utilização de capital estão demonstrados na Nota 34.f.

Plano de continuidade dos negócios

Para reduzir os efeitos do risco operacional, o Grupo implementou o Plano de Continuidade de Negócios (PCN), o qual é fundamentado numa estrutura de processos contingenciais que asseguram a continuidade de seus negócios diante de situações graves e adversas. Dispõe ainda de instalações externas para assegurar a rápida recuperação das atividades em situações que impeçam o acesso às nossas instalações atuais.

Objetivando a efetividade do PCN, em face a uma situação real de ativação, são realizados testes periódicos das soluções de contingência adotadas, assim como efetuadas avaliações contínuas quanto a necessidade de aprimoramento e evolução dos recursos envolvidos de modo a compatibilizar os resultados esperados frente às variáveis que se modificam ao longo do tempo.



f. Gerenciamento do capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo definir o processo contínuo de:

- I - Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- II - Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- III - Planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição;
- IV - Adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

A estrutura de gerenciamento de capital deve abranger todas as instituições do conglomerado financeiro, bem como, os possíveis impactos no capital do conglomerado financeiro, do consolidado econômico-financeiro e do futuro consolidado prudencial.

A estrutura de gerenciamento de capital é constituída da seguinte forma:

COMITÊ EXECUTIVO

O Comitê Executivo, composto por todos os Diretores Estatutários e pelos "Heads" de áreas que reportam diretamente à Presidência, se reúne mensalmente e tem como responsabilidades principais:

- I - A divulgação de relatório anual na página da Internet, contendo a Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital e explicitando a responsabilidade da Diretoria pelas informações divulgadas.
- II - A aprovação anual do Plano de Capital, analisando a sua compatibilidade com o plano estratégico, devidamente aprovado pela Matriz e com as condições de mercado;
- III - Estabelecer e/ou aprovar as estratégias de negócios, juntamente com as Linhas de Negócios da Matriz, que poderão impactar o gerenciamento do capital.

O Comitê Executivo por sua formação, possui, de modo geral, uma compreensão abrangente e integrada dos riscos que podem impactar o capital. O diretor responsável pelas áreas Operacional, Tecnologia e Finanças foi indicado como diretor responsável, perante ao Banco Central do Brasil, pelos processos e controles relativos à estrutura de gerenciamento de capital, conforme requerimento constante na Resolução nº 3.988/11.

COMITÊ DE MONITORAMENTO DE CAPITAL (CMC)

O CMC é um Comitê interno que se reúne ordinariamente a cada três meses ou a qualquer tempo em caráter extraordinário. As reuniões extraordinárias podem ser chamadas por quaisquer dos membros do CMC que são os seguintes:

- Diretor Presidente (CEO)
- Diretor de Tesouraria e Liquidez
- Diretor Operacional, Tecnologia e Finanças (COO/CFO)
- Diretor de Compliance & Controles
- Responsável pela área de Finanças (Coordenador do Comitê)
- Responsável pela área de Risco de Mercado

As principais responsabilidades do CMC são as seguintes:

- I - Manter o capital compatível com os riscos cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido e os não cobertos (principalmente a carteira do "banking book");
- II - Rever anualmente esta política e as estratégias da gestão de capital;
- III - Estabelecer as diretrizes e premissas para a elaboração do plano de capital para um período de três anos; O plano de capital deve considerar, no mínimo:
 - a) ameaças e oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócios;
 - b) projeções dos valores de ativos e passivos, bem como de receitas e despesas;
 - c) metas de crescimento ou de participação no mercado;
 - d) política de distribuição de resultados.
- IV - Definir as fontes de capital para suportar as metas de crescimento ou de participação no mercado contidas no planejamento estratégico;
- V - Determinar a política de distribuição de resultados juntamente com a Casa Matriz;
- VI - Analisar as informações contidas nos relatórios gerenciais de adequação de capital (limites da Basileia, diversificação de riscos, imobilização, etc), para tomada de decisões;
- VII - Avaliar os resultados das simulações de estresse e seus impactos no capital;
- VIII - Estabelecer as diretrizes do plano de contingência de capital.

"ASSET AND LIABILITY COMMITTEE" (ALCO) - COMITÊ DE ATIVOS E PASSIVOS

O ALCO é um Comitê constituído pelos membros abaixo e se reúne a cada três meses:

- Diretor Presidente
- Diretor de Capital Markets
- Diretor de Tesouraria e Liquidez
- Diretor Operacional, Tecnologia e Finanças (COO/CFO)
- Diretor de Compliance & Controles
- Responsável pela área de Finanças
- Responsável pela área de Risco de Mercado
- Responsável pela área de Back Office
- Representante da Cetelem/BGN



As principais responsabilidades do ALCO podem ser resumidas da seguinte forma:

- I - Revisar a situação de liquidez do Grupo:
 - a) Em moeda local, e
 - b) Em moeda estrangeira
- II - Avaliar a situação macro-econômica e os seus impactos da situação de liquidez;
- III - Aprovar a política de “colchão de liquidez” adotada pelo Grupo;
- IV - Definir políticas de descasamentos e de captação;
- V - Revisar e aprovar o plano de contingência de liquidez;
- VI - Definir os melhores instrumentos de captação, inclusive com relação ao capital regulatório.

ÁREA DE FINANÇAS

As principais responsabilidades da área de Finanças com relação ao gerenciamento de capital são:

- I - Elaborar e divulgar mensalmente aos membros do CMC os relatórios gerenciais relativos à adequação do capital;
- II - Identificar e avaliar os riscos relevantes incorridos, cobertos ou não pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido;
- III - Elaborar o plano de capital abrangendo o horizonte de três anos, utilizando as premissas definidas pelo CMC. O plano de capital deve conter, no mínimo:
 - a) metas e projeções de capital;
 - b) principais fontes de capital da instituição;
 - c) plano de contingência de capital.
- IV - Elaborar a Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital, a ser aprovado pela Diretoria, para a publicação na página da Internet;
- V - Elaborar um resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital mencionado no item anterior a ser publicado juntamente com as demonstrações financeiras bem como juntamente com o relatório da Circular 3.477. Neste resumo deve constar o endereço onde o relatório completo está publicado.

ÁREA DE RISCO DE MERCADO

As principais responsabilidades da área de Risco de Mercado com relação ao gerenciamento de capital são:

- I - Identificar e avaliar os riscos de mercado relevantes incorridos, cobertos ou não pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido;
- II - Efetuar os testes de estresse de risco de mercado e analisar os possíveis impactos no capital.

ÁREA DE AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna deverá incluir em sua programação de trabalho a avaliação periódica do processo de gerenciamento de capital.

ICCAP

O Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital, mais conhecido pela sua sigla em inglês “Icaap” não é aplicável uma vez que não possuem ativos totais superior a R\$ 100 bilhões, bem como, ainda não fomos autorizados pelo Banco Central do Brasil a utilizar modelos internos de risco de mercado, de risco de crédito ou de risco operacional.

Em 2013 e 2012, os coeficientes de adequação de capital do Grupo cumpriram os requisitos regulamentares e com os seus próprios objetivos.

CAPITAL REGULATÓRIO - LIMITES DE BASILEIA

Segue demonstração do Capital Regulatório para atendimento do limite de Basileia.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Patrimônio de Referência (a)		
Nível I	2.704.920	2.552.159
Capital Principal	2.704.920	-
Capital Complementar	-	-
Nível II	137.334	191.128
Total (Nível I + Nível II)	2.842.254	2.743.287
Exigibilidades para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco		
De Crédito	12.993.202	12.545.677
De Mercado (b)	5.257.882	3.084.312
Operacional (b)	1.818.670	1.727.909
Ativos ponderados pelo risco	20.069.754	17.357.898
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	2.207.673	1.909.369
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	634.581	833.918
Índice da Basileia	14,2%	15,8%

(a) Patrimônio de Referência refere-se ao do Conglomerado Financeiro apurado nos termos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) do Banco Central do Brasil.

(b) Os valores de exigibilidades publicados em 2012 foram convertidos para valores ponderados pelo risco (RWA), ou seja, foram divididos por 0,11.

35. Partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado. As operações entre as empresas incluídas na consolidação (nota 3a) foram eliminadas nas demonstrações contábeis consolidadas.



As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo se traduzem conforme quadro abaixo:

Descrição	2013		2012	
	Ativos/ (Passivos)	Receita/ (Despesa)	Ativos/ (Passivos)	Receita/ (Despesa)
Caixa e equivalentes de caixa e Operações de crédito a instituições financeiras	4.636.382	379.400	4.443.561	541.779
BNP Paribas S.A. Paris	Controladora	(29.341)	(20.224)	-
BNP Paribas S.A. Montreal, Londres, Hong Kong e Tokyo	Parte relacionada	(2.820)	(502)	-
Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	Parte relacionada	(1.544.540)	(139.828)	(1.853.678)
Banco BGN S.A.	Parte relacionada	(3.059.681)	(239.572)	(2.569.157)
Operações de crédito a clientes	284.185	44.517	438.646	52.853
Arval Brasil Ltda.	Parte relacionada	(284.185)	(438.646)	(52.853)
Depósitos de instituições financeiras	(17.783)	(7.541)	(207.586)	(14.091)
Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	Parte relacionada	145	61	-
Banco BGN S.A.	Parte relacionada	17.638	7.541	207.525
Depósitos de clientes	(29.198)	(4.560)	(73.599)	(4.776)
Arval Brasil Ltda.	Parte relacionada	29.198	3.604	50.291
Cetelem América Ltda	Parte relacionada	-	11	-
Cetelem Serviços Ltda	Parte relacionada	-	18	-
Cetelem Latin America Holding	Parte relacionada	-	11	9
Petits Champs Participações e Serviços	Controladora	-	23.268	1.609
Obrigações por empréstimos e repasses	(1.876.612)	(194.200)	(3.157.814)	(217.336)
BNP Paribas S.A. Paris	Controladora	1.876.612	3.127.143	217.297
BNP Paribas S.A. Londres, Nova York e Frankfurt	Parte relacionada	-	30.671	39
Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado	(308.564)	(53.479)	(269.159)	(34.615)
BNP Paribas S.A. Paris	Controladora	308.564	269.159	34.615
Outros Ativos financeiros	21.958	39.009	94.284	113.858
Arval Brasil Ltda.	Parte relacionada	(2.028)	(2.530)	(2.501)
BNP Paribas S.A. Nova York, Colombia e Singapura	Parte relacionada	(3.216)	(3.694)	(8.410)
BNP Paribas S.A. Paris	Controladora	(16.714)	(88.060)	(102.947)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Banco, Instituição líder, é administrado por uma Diretoria. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Diretoria será composta por no mínimo dois e no máximo quinze Diretores, eleitos pela Assembleia Geral, sendo que um deles receberá a denominação de Diretor Presidente, nove a denominação de Diretores Vice-Presidentes e os demais não terão designação específica. A remuneração atribuída aos Diretores no exercício que representam benefícios de curto prazo foi de R\$12.455 (em 31/12/2012 R\$16.848), benefícios de longo prazo de R\$7.495 (em 31/12/2012 R\$4.034) e benefícios de rescisão de contrato de trabalho de R\$682 (em 31/12/2012 R\$3.273).

36. Outras informações

Medida Provisória nº 627

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A referida MP 627/13 dispõe, entre outros assuntos, sobre: a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941 de 27/05/2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais.

Considerando-se que a referida MP nº 627 possui número relevante de emendas propostas e que a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a mesma MP, disciplinar diversas matérias é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e ou esclarecidas. Em uma avaliação preliminar, com base no texto vigente, estimamos que não haverá impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco BNP Paribas Brasil S.A.

37. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos após a data de balanço que poderiam resultar em ajustes materiais às demonstrações financeiras.

CONTADOR

Marcelo Marques Sellan - CRC 1SP213451/O-8

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

São Paulo / SP

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510 - 10º ao 14º andar - CEP 04543-906

Tel.: 11 3841.3100 / Fax: 11 3841.3266

Belo Horizonte / MG

Rua Antônio de Albuquerque, 271 - 15º andar - CEP 30112-010

Tel.: 31 3287.1600 / Fax: 31 3287.8231

Curitiba / PR

Rua Carneiro Lobo, 468 - 2º andar - CEP 80240-240

Tel.: 41 3071.7250 / Fax: 41 3071.7260

Rio de Janeiro / RJ

Av. Rio Branco, 1 - 10º andar CEP 20090-003

Tel.: 21 3213.8200 / Fax: 21 3213.8231



BNP PARIBAS | O banco para um mundo em mudança

bnpparibas.com.br